

**SER MÃE E MULHER EM CONTEXTO DE
PROSTITUIÇÃO: CONTRIBUTOS PARA
UMA INTERVENÇÃO CONTEXTUALIZADA**

Helena Sofia Silva Freitas

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa para
obtenção de grau de mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária

SER MÃE E MULHER EM CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO: CONTRIBUTOS PARA UMA INTERVENÇÃO CONTEXTUALIZADA

Helena Sofia Silva Freitas

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa para
obtenção de grau de mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária

Orientadora: Professora Catarina Tomás

2020-2021

| ' ' | | ' ' |

“Falar de natureza humana sem falar na diferença sexual é ocultar que a *metade* das mulheres vale menos que a dos homens. Sob formas que variam consoante o tempo e o lugar, as mulheres têm sido consideradas como seres cuja humanidade é problemática (mais perigosa ou menos capaz) quando comparada com a dos homens. À dominação sexual que este preconceito gera chamamos patriarcado e ao senso comum que o alimenta e reproduz, cultura patriarcal. A persistência histórica desta cultura é tão forte que mesmo nas regiões do mundo em que ela foi oficialmente superada pela consagração constitucional da igualdade sexual, as práticas quotidianas das instituições e das relações sociais continuam a reproduzir o preconceito e a desigualdade.

Ser feminista hoje significa reconhecer que tal discriminação existe e é injusta e desejar ativamente que ela seja eliminada.”

Santos (2011, p. 1)

Dedicatória

À Helena, ao José, ao Pedro e ao Rodolfo.

Aquém e Além.

Agradecimentos

A concretização desta dissertação não seria possível sem a disponibilidade daquela Equipa de Intervenção Social. Saio sempre da vossa casa rica em novos conhecimentos. Obrigada por isso.

Gratifico profundamente as cinco mulheres que aceitaram conversar comigo sobre os seus percursos e vidas. Grata pelo voto de confiança.

À professora Catarina Tomás por aceitar orientar esta dissertação: por todo o apoio, simpatia e conhecimentos que comigo partilhou ao longo deste percurso.

À minha família: Helena, José, Pedro e Rodolfo, a quem dedico esta dissertação.

Às minhas camaradas de mestrado pela sororidade e momentos de alegria: Cristiana, Rita e Sara. Aos/às restantes colegas de mestrado, deixo também o meu apreço.

À Aleka, companheira de viagens, lutas, risadas e sonhos.

À Sofia Passadouro, amiga de coração, eterna feminista.

À Anne, Cláudia e Mariana, pelo caminho trilhado desde a nossa infância.

Ao Pedro Marques e à Maria Rendall por todo o apoio e amizade.

A tanta boa gente que me tem acompanhado,

Grata por vos ter por perto.

Resumo

A prostituição é um fenómeno social que, devido à sua complexidade, provoca muitas vezes um debate intenso e polarizado, podendo revelar-se uma discussão social e política controversa que invisibiliza, algumas vezes, importantes vivências e vozes de quem o vive na primeira pessoa. Esta dissertação procura, por isso, aprofundar a problemática das mulheres-mãe em contexto de prostituição, analisando as suas narrativas e discursos sobre diversas dimensões: família, maternidade e representação pessoal.

O enquadramento epistemológico e teórico assenta num diálogo entre a Sociologia e a Educação Social e Intervenção Comunitária sobre a influência da cultura patriarcal, capitalista e colonialista na construção social do papel e da imagem da mulher; na caracterização sociojurídica e dos modelos legislativos da prostituição à escala nacional e internacional; e, por fim, é feita, também, uma breve análise e contextualização teórica dos conceitos de maternidade e família.

Assumindo uma investigação de natureza qualitativa, foram realizadas cinco entrevistas semidiretivas, com inspiração nos pressupostos das histórias de vida, a mulheres que estão ou estiveram em contexto de prostituição, com um/a ou mais filhos/as. Foi, ainda, realizada uma entrevista à Educadora Social que acompanha aquelas mulheres. A opção por esta última entrevista foi fundamental para completar dados e possibilitar a reflexão sobre a intervenção social que se faz (ou não) sobre este fenómeno a partir da lente da condição de ser mulher e mãe. De referir que no desenvolvimento desta dissertação, as opções metodológicas tiveram que ser repensadas em função da situação pandémica.

A análise de conteúdo das entrevistas permite afirmar que os percursos e vivências destas mulheres são caracterizados por momentos traumáticos e de violência, mas que não desfazem a sua potencialidade enquanto mães, assumindo a maternidade como vetor fulcral das suas vidas. Procura-se, através deste trabalho, promover uma reflexão interna na equipa participante neste estudo.

Palavras-chave: Mulher; Maternidade; Prostituição; Intervenção social.

Abstract

Prostitution, due to its complexity, often provokes polarized debate and may cause controversial social and political discussions. These discussions often discard important experiences of those who live in it. This dissertation therefore seeks to examine the problem of mothers in the context of prostitution, analyzing their narratives on various dimensions: family, maternity and personal representation.

The epistemological and theoretical framework is based on a dialogue between Sociology, Social Education and Community Intervention on the influence of patriarchal, capitalist and colonialist culture in the social construction of the role and image of women; the socio-legal character and legislative models of prostitution at national and international level; and, finally, a brief analysis and theoretical contextualization of the concepts of motherhood and family is also made.

Assuming a qualitative investigation, five semi-directive interviews were conducted, inspired by the assumptions of life stories, to women who are or have been in the context of prostitution, with one or more children. An interview was also held with the Social Educator who accompanies these women. The choice for this last interview was fundamental to complete data and enable reflection on the social intervention that is made (or not) on this phenomenon from the lens of being a woman and mother. It should be noted that in the development of this dissertation, the methodological options had to be rethought due to the pandemic situation.

The content analysis of the interviews allows to affirm that the paths and experiences of these women are characterized by traumatic moments and violence, but that do not undo their potential as mothers, assuming motherhood as the central vector of their lives. It is sought to promote an internal reflection in the institution that participated in this study.

Keywords: Woman, Motherhood, Prostitution, Social Intervention.

Índice

Introdução	1
1. Experiências, inspirações e fundamentos	1
2. Estrutura da dissertação	4
Capítulo I- Prostituição feminina: capitalismo, colonialismo e patriarcado	6
1.1 Desigualdade estrutural nas sociedades modernas: capitalismo, colonialismo e patriarcado	7
1.2 Imagens e concepções sobre as mulheres nas sociedades contemporâneas	10
1.2.1 Subsídios teóricos para compreender o fenómeno da prostituição feminina: teorias feministas e os estudos sociais críticos	13
Capítulo II- Prostituição feminina: Enquadramento sociojurídico e modelos legislativos	16
2.1. Conquista dos direitos da mulher em Portugal	17
2.2. Panorama legislativo sobre a prostituição em Portugal	19
2.2.1 Portugal: discussão no espaço político e mediático	22
2.3 Enquadramento legislativo em vigor e suas principais críticas	25
2.3.1 Confronto entre a estatística e a realidade	26
.....	29
Capítulo III- Prostituição, Maternidade e Família:(Des) construir concepções para (melhor) intervir	29
3.1 <i>Habitus</i> : Concepções sobre maternidade e família.....	30
3.2 Proposta: Para uma Educação Social e Intervenção Comunitária crítica sobre o fenómeno da prostituição feminina.....	33
Capítulo IV- Percorso metodológico e ético	38
.....	38

4.1 Problemática, finalidade e questões orientadoras	39
4.1.1 Objetivos Gerais e Específicos	40
4.2 Opção metodológica e ética adotada na investigação	40
4.2.1 Antes da COVID-19: Histórias de vida	41
4.2.2 O processo de recolha de dados: entrevistas com cinco mulheres e uma educadora social	43
4.2.2.1 Reconfiguração da investigação e recurso à entrevista semidiretiva	43
4.2.3 Processo de análise de dados	44
4.2.4 A ética na investigação com mulheres em contexto de prostituição	47
4.3 Contexto da Investigação: Equipa de Intervenção Social	48
4.3.1 Caraterização das mulheres-mães	52
4.4 Constrangimentos e limitações: cenário pandémico.....	52
Capítulo V– Percursos com voz: As Narrativas das Mulheres.....	55
5.1. “O antes e o depois”	56
5.2. “Prostituir-me”	57
5.3. “Boas e más relações”	58
5.4. “Os afetos”	60
5.5 “Ser mãe”	62
Capítulo VI- Fundamentos e Realidades: Entrevista à Educadora Social.....	68
6.1. Diagnóstico: Traumas e situações de violência	69
6.2. Aprendizagem dos comportamentos violentos na relação com os/as filhos/as	70
6.3. Modelo de Intervenção adotado na Equipa: Intervenção e Acompanhamento Familiar	71
6.4. Modelo de Intervenção adotado na Equipa: Lugar dos/as Filhos/as	73
Capítulo VII-Considerações Finais	75

Referências	80
Anexos	89
Anexo A-Guião Orientador das Entrevistas às mulheres-mães.....	90
Anexo B-Análise do Conteúdo das Entrevistas às mulheres-mães	91
Anexo C- Guião Orientador Entrevista à Educadora Social.....	95
Anexo D- Análise do Conteúdo da Entrevista à Educadora Social	96
Anexo E- Modelo de Termo de Consentimento Informado	100

Índice de Tabelas

Tabela 1: Categorias e Subcategorias de Análise das Entrevistas às Mulheres	46
Tabela 2: Categorias e subcategorias de análise da entrevista à Educadora Social.....	46
Tabela 3: Descrição sociográfica das mulheres participantes na investigação.....	52

Índice de Figuras

Figura 1: Caracterização da população inserida na instituição, no ano de 2019.....	51
------------------------------------------------------------------------------------	----

Lista de Abreviaturas

CDC	Convenção dos Direitos da Criança
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
EMAT	Equipa Multidisciplinar de Apoio Técnico aos Tribunais
ES	Educação Social
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan/Poli
MDM	Movimento Democrático de Mulheres
SOF	Sempreviva Organização Feminista
TAMPEP	Rede Europeia para a Prevenção do HIV/DST e Promoção de Saúde entre Trabalhadores/as Sexuais Migrantes.
TSH	Tráfico de Seres Humanos
UMAR	União de Mulheres, Alternativa e Resposta

Introdução

| | ' ' | | ' ' |

Introdução

1. Experiências, inspirações e fundamentos

A presente dissertação insere-se no âmbito do mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária. Assim, salienta-se inicialmente, a perspetiva vinculada ao Código Deontológico do Técnico/a Superior de Educação Social (APTSES, 2016). Segundo este documento, a Educação Social, parte de um compêndio de “conhecimentos e competências para os/as Técnicos/as Superiores de Educação Social, produzindo efeitos pedagógicos no desenvolvimento, mudança e promoção de indivíduos, grupos e comunidades.” Ligada à Pedagogia Social, interliga-se à promoção de serviços e recursos pedagógicos para toda a sociedade

O/a Educador/a Social é, portanto, um/a profissional dotado/a de uma “formação teórico-prática de carácter humano, psicopedagógico, técnico e sociocomunitário” que deve promover e desenvolver intervenções intencionais e sistemáticas sobre determinado indivíduo ou comunidade social. (cf. Duran, 1999, p. 71).

Como sustentam Cardoso e Moreira (2017), a Educação é um alicerce que favorece “o desenvolvimento humano, cultural e socioeconómico de um país” (p. 103), de forma a conquistar a participação de todos e de todas, minimizando injustiças sociais e promovendo um papel de cidadãos e cidadãs ativos/as, livres, conscientes e responsáveis, enquanto membros de um grupo ou comunidade” (*idem*). Denota-se assim, a potencialidade e importância de práticas e estudos pedagógicos, na promoção do desenvolvimento social e humano, cultural e socioeconómico de um país/comunidade.

Partindo deste ponto, considera-se essencial que os/as trabalhadores/as sociais na sua ação considerem a investigação produzida sobre para determinada problemática, baseada nas realidades e necessidades contemporâneas e, desta forma, suscitar novas discussões e interrogações para um ação profissional contextualizada, multirreferenciada atualizada e que potencie possibilidades de encontros.

O estudo de problemáticas como a prostituição, mulheres em contextos de risco, a luta feminista pelos direitos humanos das mulheres e raparigas foi, desde sempre, um grande interesse para a investigadora. Com a primeira experiência, embora breve e humilde, enquanto educadora social estagiária numa equipa de intervenção social que

promove a capacitação social e laboral da mulher em contexto de prostituição, manifesta-se a motivação para estudar e aprofundar os conhecimentos sobre a prostituição feminina em Portugal.

Este complexo e heterodoxo tema de assumida dificuldade, mesmo para quem se dedica a este campo de estudo, como nos sugerem Ribeiro e Sá (2004), mantém a pertinência e atualidade social e científica, uma vez que:

o processo de investigação [sobre prostituição] interroga a nossa sexualidade, os valores ligados ao género a que pertencemos, as nossas convicções e compromissos políticos e ideológicos mais profundos. A sua compreensão exige não só um deslocamento do olhar, mas também uma solicitude atenta a todos os pontos de vista, incluindo os das trabalhadoras sexuais” (p. 16).

Os estudos que exploram questões sobre a família e o papel da mãe, especificamente no contexto de prostituição são poucos, generalistas (Correia, 2014) e, algumas vezes, assumem determinados posicionamentos ideológicos. Pais (1983) defendia que os estudos sobre a prostituição eram caracterizados por avaliações moralistas e por incoerências teóricas.

Este trabalho procura priorizar o lugar e a voz de cinco mulheres, de forma a não só criar um espaço seguro de partilha, mas ainda contribuir humildemente para o enriquecimento de trabalhos académicos sobre a relação entre prostituição, a mulher, a maternidade e as dinâmicas familiares. Segundo Djamila Ribeiro (2017) no seu livro “O que é o lugar de fala”, este conceito procura destacar o lugar social ocupado por pessoas em contexto de dominação e opressão, dentro das relações de poder- *locus social*, que autorizam ou negam a determinado grupo social, o seu lugar de cidadania, nomeadamente no âmbito da cidadania íntima (Santos & Santos, 2017). É a partir deste pressuposto que se constrói esta dissertação.

Numa sociedade androcentrista, conceito criado em 1903 pelo sociólogo americano Lester F. Ward, compreendem-se os múltiplos sistemas de discriminação e opressão – interseccionalidade - que uma mulher mãe em contexto de prostituição sofre. A violência sexual, machismo e racismo são problemáticas indissociáveis do sistema da prostituição. O conceito da feminização da pobreza introduzido por Diane Pearce (cf. Novellino, 2004), em 1978, afirmava “que a pobreza está rapidamente a tornar-se um

problema feminino” (p. 3). Em contextos de crises socioeconómicas, como a que vivemos atualmente, as mulheres com filhos/as são vítimas diretas: despedimentos ou não contratação por motivos de maternidade (gravidez ou encargo de crianças) são cenários comuns. Segundo o mais recente relatório “Global Gender Gap Report” (2021) do Fórum Económico Mundial (FEM) sobre a igualdade de género revelou que a pandemia veio agravar o fosso entre os homens e as mulheres, a nível global: foram despedidas mais mulheres do que homens, o número de mulheres contratadas para posições de liderança sofreu uma descida significativa e, com o encerramento das creches, jardins de infância e escolas, foram necessários todos os esforços para conciliar a vida profissional, a familiar e a pessoal. Estes fatores resultam numa sobrecarga gigante que empurra as mulheres, especialmente as mães e/ou que integram grupos minoritários, para situações de exaustão e vulnerabilidade económica e social.

Tendo em conta que no complexo fenómeno da prostituição, em Portugal, quem se prostitui, na maioria dos casos, são as mulheres, não especificamos nesta abordagem outros atores e géneros, restringindo a análise à prostituição entre mulheres cisgénero¹- nomenclatura a partir de agora referida como prostituição feminina. Temos presente a multiplicidade de contextos e práticas de prostituição: a prostituição de rua difere da prostituição num bar de alterne, ou da denominada prostituição de luxo e, por isso mesmo, escolhemos não explorar e/ou definir um tipo específico de prostituição, optando por analisar casos concretos de mulheres que são acompanhadas por uma instituição de intervenção social.

Não pretendemos nesta dissertação definir as mulheres inseridas em contexto de prostituição como “prostitutas”, ou “trabalhadoras sexuais” para não assumir uma postura politicamente parcial, mas, principalmente, na crença de que estes conceitos carregam significados redutores e socialmente pejorativos, tirando o foque do potencial e identidade da mulher. Como afirmam Santos e Santos (2017): “o nome é um elemento central da apresentação do eu na vida de todos os dias. Tal como demonstram estudos antropológicos sobre nomeação, o nome transporta consigo expectativas sociais que comportam elementos tão diversos quanto a nacionalidade, o género, a origem étnica, a

¹ Cisgénero é o termo utilizado quando a identidade de género de uma pessoa é correspondente ao seu sexo biológico. Segundo um estudo realizado em Lisboa, em 2013, com uma amostra de 272 pessoas: 52.2% das participantes eram mulheres, 31.7% homens e 16% transgénero. Disponível em: <https://tinyurl.com/nesrb2z6>

herança religiosa ou a classe social” (p. 8). Por esse motivo, ao longo deste trabalho escolhemos utilizar expressões como “mulher em contexto de prostituição” ou “mulher que se prostitui”.

2. Estrutura da dissertação

A opção metodológica foi a de desenvolver uma investigação qualitativa focada no fenómeno social da prostituição e nas mulheres que se encontram neste contexto. Procuramos com este trabalho responder a duas questões orientadoras:

- (i) Como é que as mulheres-mães, participantes neste estudo, representam os seus percursos e vivências pessoais e familiares?
- (ii) Qual o modelo de intervenção social assumido na instituição onde estavam inseridas as mulheres entrevistadas?

Para dar resposta a estas questões, decidimos dividir este trabalho em sete capítulos. O primeiro – “Prostituição no feminino: capitalismo, colonialismo e patriarcado” dá espaço, partindo da proposta teórica de Santos et al. (2009), a uma contextualização histórica do capitalismo, bem como da imagem da mulher numa cultura patriarcal e colonial. São abordados ainda subsídios teóricos para compreender o fenómeno da prostituição feminina assentes nas teorias feministas (radical e liberal).

O segundo capítulo explora a perspetiva sociojurídica; o panorama legislativo, discussões políticas e mediáticas da prostituição em Portugal. É recapitulada a conquista dos direitos das mulheres portuguesas, passando por uma análise do enquadramento legislativo global. Finalmente, confrontam-se os resultados estatísticos dos modelos regulamentarista (Holanda) e abolicionista (Suécia), segundo um estudo elaborado pelo governo holandês, em 2014, para o Parlamento Europeu.

O terceiro capítulo “Prostituição, Maternidade e Família: (Des)construir conceções para Intervir”, procura explorar pressupostos teórico-conceituais e históricos dos conceitos: maternidade e família, para que a partir deste enquadramento teórico consigamos analisar os discursos das mulheres sobre a (des)construção da relação com os filhos e/ou filhas e família, estando inseridas em contextos de prostituição. É feita ainda, a partir destes conjunturas, uma proposta crítica sobre a Educação Social e Intervenção Comunitária no âmbito da prostituição feminina.

No quarto capítulo “Percurso metodológico e ético”, como o próprio nome indica, descrevemos o caminho percorrido da investigação: definição da problemática, finalidade, objetivos gerais e específicos. É feita uma breve descrição da instituição onde as mulheres participantes nesta investigação são acompanhadas. São descritos os processos metodológicos e éticos, bem como método de recolha e análise de dados.

No quinto capítulo “Percurso com voz: As Narrativas das Mulheres” são apresentadas e analisadas as entrevistas das mulheres e no sexto capítulo “Fundamentos e Realidades: Entrevista à Educadora Social²”, analisa-se a entrevista à profissional, de forma a caracterizar o modelo de intervenção assumido na equipa e outros aspetos relevantes que concernem à prática da educação social em contexto de prostituição. No último capítulo “Considerações finais”, abordam-se as principais conclusões e implicações desta dissertação, bem como sugestões/ideias para futuras investigações atinentes a esta problemática.

² A Educadora Social, com formação em Psicologia, assume ainda funções de direção técnica. Porém, assumimos no corpo do documento a nomenclatura de Educadora Social, tendo em conta o âmbito do mestrado onde se insere esta investigação.

Capítulo I- Prostituição
feminina: capitalismo,
colonialismo e patriarcado

| ' ' | | ' ' |

1.1 Desigualdade estrutural nas sociedades modernas: capitalismo, colonialismo e patriarcado

Partindo do referencial teórico de Santos et al. (2009), em “Tráfico Sexual de mulheres: Representações sobre ilegalidade e vitimação” aprofundamos o conceito da teoria do capital de Marx (1867). Estando assente na ideia do trabalho livre, o capitalismo tem tendência para usar a força de trabalho, como o espaço, o meio ambiente e a natureza de um modo destrutivo. Para o autor, uma das condições da riqueza capitalista, é a exploração do trabalho. Esta característica destrutiva provoca fragilidades na sociedade, crises económicas constantes e um aproveitamento das massas mais opulentas e dominantes (capitalistas) sobre os proletários, valorizando o capital financeiro sobre os direitos sociais³. Ou seja, num sistema capitalista, os/as trabalhadores/as – enquanto classe oprimida – são reduzidos/as a instrumentos e objetos de riqueza, coisificados/as e explorados/as. Marx considera a prostituição como uma forma laboral, declara, no entanto, “é apenas uma expressão específica da prostituição universal do trabalho” (p. 350).

Esta ideia desenvolvida por Marx (1867) no conceito de *Acumulação primitiva do capital*, descreve a génese histórica do capitalismo. Fundamentalmente, o processo de acumulação primitiva está relacionado à espoliação, ou seja, privar alguém de algo, por meios ilícitos, ilegítimos ou violentos.

A práxis da escravatura rege-se na posse dos direitos de propriedade de um ser humano sobre outro; foi característica nas viagens marítimas de Portugal e Castela, naquilo a que alguns autores chamam de primeira modernidade (citado por Mignolo, 2000). E assim, conseguimos entender a influência destas práticas de “sobre-exploração para manter o capital, com o rosto que lhe conhecemos. Com a globalização neoliberal, tal torna-se mais evidente” (Santos, Gomes & Duarte, 2009, p. 72).

Existem três principais pilares aquando se define a globalização neoliberal: a existência de uma economia global privatizada; a liberalização da troca, com a “abertura” das fronteiras para a circulação das pessoas, bens e serviços e ainda a propagação da produção através de investimento estrangeiro em multinacionais, que de certa forma

³ Direitos sociais: o subsídio de desemprego, saúde pública, a educação, a segurança social, etc.

como nos sugerem os/as autores/as, podem dificultar a erradicação do tráfico de seres humanos (TSH).

Quando falamos de liberalização da troca, com a “abertura” das fronteiras, há efetivamente um espaço propício a potenciais situações de TSH, dada a circulação em massa de pessoas. Não havendo um controlo estatal tão rígido, no que concerne ao tráfico de mulheres, desenvolve-se “globalmente uma indústria do sexo, em que um conjunto de pessoas- mulheres- é explorado consecutivamente; isto é facilitado por uma circulação em que as pessoas dos países mais pobres migram para trabalhar nessa indústria, voluntária ou involuntariamente.” (Santos, Gomes & Duarte, 2009, p. 72).

Segundo o relatório da Comissão Europeia (2016), relativamente ao TSH, a forma mais comum de tráfico é para fins de exploração sexual (67%) seguida da exploração laboral (21%). O TSH é mais uma forma de exploração refletida no feminino, mais de 76% das vítimas são mulheres e pelo menos 15% são crianças. No seu conjunto, 95% do total, são pessoas envolvidas na prostituição. Dados do mesmo relatório, refere a estimativa de 1 milhão de novas mulheres e jovens que entram, anualmente, no mercado de comércio sexual, passando por países como: Espanha, Itália, Grécia, Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça e Portugal.

Como Santos et al. (2009) também nos alertam, existe de facto uma representação significativa e preocupante da população migrante nas vítimas de tráfico de seres humanos para fins de prostituição, com cerca de 2 milhões de pessoas (MDM, 2017)⁴. Apesar do relatório da União Europeia (2014, p. 6) mencionar que 1 em cada 7 mulheres que se prostituem na Europa são vítimas de tráfico e que nalguns estados-membros a percentagem se situa entre 60% e os 90%, concordamos com as reservas relativas a estes números, partilhadas por investigadores/as e mencionadas no mesmo relatório.

Para além da dificuldade existente em reunir dados sobre um negócio ilegal, a questão do consentimento também parece ser difícil de medir e de provar (2014, p. 7) dado os fatores condicionantes de quem “aceita” este trabalho, mas também o estigma associado e que poderá invisibilizar determinadas narrativas: “não tendo visibilidade na especificidade e complexidade das suas situações, tal favorece, ainda, uma negligência nas políticas de acolhimento.” (Santos, Gomes & Duarte, 2009, p. 75)

⁴ Conferência Internacional “Políticas e Práticas de Gestão da Prostituição e do Tráfico para Exploração Sexual”. ISCTE, 2017.

Os números poderão ser maiores ou menores, consoante a metodologia e o alcance dos estudos, no entanto - sendo o tema o Tráfico Humano e tendo em conta que o relatório da ONU (2019) aponta para um aumento do número de vítimas e um maior peso do tráfico para fins sexuais – adotamos o posicionamento dos autores, perante um certo grau de incerteza no que diz respeito a este debate:

A nosso ver o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual deve ser entendido, numa primeira abordagem, segundo esta perspetiva. Temos mulheres obrigadas a trabalhar como prostitutas (contra a sua vontade). Encontramos ainda situações em que a mulher prostituta é obrigada a trabalhar em condições que não pôde escolher. (Santos et al., 2009, p. 73)

Aqui surge a ideia, como Santos (2012) sustenta, estes sujeitos podem ser considerados como *Não Cidadãos*, uma vez que não têm o acompanhamento social devido ou o mesmo acesso a oportunidades que enquanto cidadãos têm direito: Santos et al. (2009) nos sugerem: “estas pessoas não são apenas ilegais; são pessoas que não têm existência de um ponto de vista legal”. (p.73)

Muitas vezes o fenómeno da prostituição é considerado como uma perspetiva individualista, assente na escolha individual e na autodeterminação de cada um/a. Do ponto de vista de quem defende a regulamentação/liberalização do trabalho sexual, ainda que o faça com o foco em quem o faz de forma livre e voluntária, é importante ter em conta o peso que a “indústria do sexo” tem na atualidade. Segundo o estudo elaborado para o Parlamento Europeu sobre Exploração Sexual e Prostituição e o seu impacto da Igualdade de Género (2014), a indústria do sexo é um negócio transnacional e multibilionário. Apesar de incluir atividades como clubes de strip, sexo pela internet e pelo telefone, a pornografia e a prostituição são as atividades mais lucrativas. Estima-se que as receitas globais desta última rondem os \$186.00 biliões por ano, envolvendo cerca de 40-42 milhões de pessoas, das quais 90% depende de um proxeneta; e 75% terão entre 13 e 25 anos (p.6).

Estes números preocupantes refletem-se na sequência da industrialização e globalização do sexo, da sua indústria e do lucro da mesma, derivadas das “profundas alterações ocorridas no sistema capitalista nas últimas décadas: na verdade desde a década

de 90 do século passado” (MDM, 2017). Há efetivamente uma normalização do sexo pago, da sua representação e da indústria pornográfica (cf. Poulin, 2005).

Por esta ordem de ideias, o capitalismo, defendendo a liberdade da venda de trabalho leva a que os sujeitos, não tendo esta equidade de acesso a oportunidades, muitas vezes não vendem só a sua disponibilidade de trabalho, mas também “a sua liberdade e a sua identidade” (Santos, Gomes & Duarte, 2009, p.73).

1.2 Imagens e concepções sobre as mulheres nas sociedades contemporâneas

Segundo Goffman (1975, citado por Siqueira & Cardoso, 2001) a sociedade estabelece meios para “categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (p. 94). No processo de categorização, há inevitavelmente a atribuição do inferior e do superior e daquele que não se enquadra no que é considerado socialmente natural/comum. O colonialismo, atrelado à escravização dos povos africanos e desvalorização das suas culturas, importando mulheres e homens africanos para a sua exploração como mão de obra, favoreceu a objetificação da pele negra como um instrumento (Pantoja *et al.*, 2019, p.4). Longe de contribuir para uma reflexão profunda acerca do colonialismo e história da sexualização e objetificação da mulher negra no período colonial, sublinhamos a influência que esta parte da história teve na sexualidade feminina negra.

Não há como negar o sistema capitalista como um grande potenciador e propagador da cultura patriarcal. Concordamos com Tomás (2007) quando nos sugere que:

o patriarcado é uma forma de poder privilegiada do espaço doméstico, revendo-se no conjunto de relações sociais desiguais entre marido e mulher e/ou companheiros, entre estes e os filhos e entre parentes; esta forma de poder é ainda prevalecente nas nossas sociedades. (p. 123)

A socialização com base em estereótipos de género, ou seja, a socialização sexista (Pereira, 2012), é a base das práxis de violência cuja expressão da vitimização, maioritariamente praticada por homens, afeta desproporcionalmente as mulheres.

É certo que o cristianismo teve um papel fundamental na construção da imagem da mulher, não só dentro da igreja, mas num contexto mais vasto na sociedade e na cultura ocidental. Foi igualmente responsável pela constituição das relações sociais e dos valores que as orientam (cf. Mota-Ribeiro, 2000), nomeadamente obediência da mulher e propagadas duas imagens antagónicas da mulher: a pecadora e a puritana. Como nos explica ainda a autora, é importante não rejeitar a influência destas ideias, que estão enraizadas na nossa sociedade: “será artificial procurar «erguer muros» sobre aquilo que, nos nossos dias, é fruto de condicionalismos socioculturais e aquilo que é resultado de influências teológico-religiosas, uma vez que separar cultura/sociedade, por um lado, e religião, por outro, não tem qualquer sentido numa cultura ocidental desde sempre fortemente balizada por valores e princípios cristãos.” (Mota-Ribeiro, 2000, p.4).

Mota-Ribeiro (2000) defende, ainda, que a prostituição é uma extensão da dominação masculina, uma vez que os homens têm especial acesso aos corpos das mulheres na indústria sexual. A prostituição é o exemplo extremo de como as sociedades construíram a sexualidade feminina como um objeto do desejo masculino: a dominação masculina é sexual (cf. MacKinnon, 1989; Nagel, 2017). O contrato de casamento é um outro fator influente nesta discussão, tendo em conta que o casamento veio consentir que, legalmente, os homens tivessem acesso aos corpos das mulheres para seu benefício. Pateman (1993) defende que o contrato de casamento foi fundamental para a edificação das sociedades patriarcais.

Vários estudos demonstram que maior parte da prostituição em Portugal é praticada por mulheres oriundas da América Latina. Dados do estudo⁵ “A Prostituição abrangida em clubes em zonas fronteiriças do Minho e de Trás-os-Montes: práticas, riscos e saúde” de Ribeiro *et al.* (2005), mostra que 62% vêm do Brasil. A imagem que ronda a mulher brasileira é diretamente ligada “à alegria e à sensualidade” (cf. Téchio, 2006). Esta ideia facilita a propagação do estereótipo que as mulheres migrantes optam, de alguma forma, a prostituição como “trabalho migratório”, ocultando possíveis casos de tráfico de seres humanos para fins sexuais, contribuindo para uma “visibilidade negativa da mulher imigrante, em particular no que diz respeito às mulheres brasileiras”. (Santos, Gomes & Duarte, 2009, p.20)⁶.

⁵ Estudo abrange 142 mulheres, das quais 120 são estrangeiras.

⁶ Ver também Fidalgo (2003).

É importante não rejeitar que a imagem desta mulher (i)migrante tem vindo a sofrer influências nas últimas décadas com as movimentações migratórias e a crise de refugiados que atinge a Europa e é, efetivamente, uma imagem díspar da mulher branca europeia: “A excisão feminina, o uso do véu nas escolas francesas, a poligamia e a prostituição invadiram o discurso político de muitos países ocidentais, revelando, de uma forma polémica, a presença das mulheres migrantes”. (Santos, Gomes & Duarte, 2009, p.74).

Esta ideia do/a “outro/a” que vem de fora para arruinar o nosso “paraíso” parte, normalmente, de uma premissa negativa e leiga: são diferentes de *nós* (pessoa branca europeia), roubam os empregos, são subsídio dependentes, criminosos e a mulher carrega demasiada sexualidade e vem arruinar famílias. Segundo Regulska (1998, citado por Santos, Gomes & Duarte, 2009, p.75), o fluxo crescente de migrantes de Leste e Europa Central para a Europa Ocidental fez-nos repensar esta imagem do/a “outro/a” que deixou de ser oriundo de outros continentes, levando assim a um processo de “inclusão/ exclusão selecionada” (*idem*). Estas pessoas deixam de ser “migrantes qualificados de quem a Europa Ocidental devia usufruir, mas são agora, também, pessoas não desejadas que contribuem para o aumento da criminalidade.” (Regulska, 1998, citado por Santos, Gomes & Duarte, 2009).

As mulheres (i)migrantes tornam-se alvo de múltiplas discriminações (interseccionalidade), pois são mulheres, migrantes, muitas vezes não caucasianas, não documentadas, e, portanto, existe uma combinação de vulnerabilidades afetas à sua história/ processo de construção da imagem de mulher e difícil de constar pela invisibilidade estatística atinente (Wall *et al.*, 2005). Existem outros fatores de discriminação a considerar, a saber: prática religiosa, orientação sexual, etnia, idade e/ ou deficiência. Assim, concordamos que “de invisíveis, as mulheres migrantes passaram, pois, a diabolizadas e instrumentalizadas (Gaspard, 1998, citado por de Santos, Gomes & Duarte, 2009, p.75).

A discriminação racial, a falta de conhecimento da língua, as políticas de migração e a segregação laboral, são os principais motivos apontados para uma maior vulnerabilidade deste setor. Os variados tipos de desigualdades entrelaçam-se e a sua compreensão é somente possível analisando todo o contexto onde a pessoa se insere, desde as dimensões estruturais sociais e económicas, com dimensões institucionais e conjunturais.

1.2.1 Subsídios teóricos para compreender o fenómeno da prostituição feminina: teorias feministas e os estudos sociais críticos

No discurso sobre a prostituição é essencial revisitar as perspetivas feministas, que desde os principais movimentos do século XVIII começam a questionar e confrontar, nas agendas de luta feminista, as inteligíveis desigualdades de género e estatuto da mulher na sociedade. Temas como o tráfico sexual também são desenvolvidos por estes movimentos.

Nas várias perspetivas, é entre o feminismo radical e o feminismo liberal que a discussão acresce, devido aos extremos que protagonizam acerca desta matéria: prostituição como um crime, em que as mulheres são vítimas e os homens prostituidores (cf. MacKinnon, 1987; Dworkin, 1981 Barry, 1995; Jeffreys, 1997; Farley, 2005), versus prostituição como um trabalho escolhido racionalmente e que pode ser bem-sucedido (cf. Chapkis, 1997; Delacoste & Alexander, 1998; McLeod, 1982; Nagle, 1997; Pheterson, 1989; Oliveira, 2018).

O feminismo radical, que cresce nos anos de 1960/70, defende que a prostituição é uma construção social de género. Sublinha que este fenómeno reside na “teoria da dominação masculina sobre as mulheres como forma de explicação da posição de desvantagem destas em todas as áreas da vida pública e privada nas sociedades e nas culturas patriarcais” (Sanders, O’Neill & Pitcher, 2009, citado por Ramalho, p. 66).

Esta linha de pensamento baseia-se na ideia de que o conceito de género é uma construção social e, portanto, existe uma constante opressão institucionalizada que resulta numa *construção* ou *produção* de “mulheres que consintam a própria dominação masculina, através da reprodução dos seus papéis socialmente construídos”. (Ramalho, 2012). Este pensamento feminista fundamenta-se essencialmente na ideia central do pensamento marxista: divisão do trabalho.

Inicialmente, seria esta a linha central de interpretação da prostituição, porém, a partir do ano 1970, desenvolve-se uma perspetiva com “maior centralidade na sexualidade [que] conduziu a posições diferenciadas” (cf. Humm, 1995, citado por Graça

& Gonçalves, p. 137). Esta perspetiva feminista liberal é maioritariamente representada por organizações de mulheres que se prostituem e ativistas LGBTQI+⁷.

O primeiro grande marco desta perspetiva foi a mudança da terminologia de *prostituta* para *trabalhadora do sexo*, em 1979 por Carol Leigh, ativista pelos direitos “das/os trabalhadoras/es do sexo” e fundadora da associação BAYSWAN.⁸ O feminismo liberal reconhece a escolha, decisão e consentimento das pessoas envolvidas na prostituição e por isso a liberdade de dispor do seu corpo (Sanders, O’Neill & Pitcher, 2009). Porém, a questão da escolha na prostituição é relativa e mais complexa quando se compara à escolha de um outro trabalho. É importante reconhecer que a algumas causas que levam as pessoas a entrar na atividade da prostituição, estão diretamente ligadas com condições de pobreza e vulnerabilidade social extremas e, devido a esses factos, não encontram outras alternativas económico-laborais (Nagel, 1997; Ramalho, 2012). Os ativistas que defendem esta perspetiva, que a prostituição deve ser regulada, acreditam que o seu estatuto ilegal é a causa da marginalização, tornando as/os envolvidas/os vulneráveis a situações de violência, abuso e exploração (Pheterson, 1989, Kempadoo & Doezema, 1998, Ramalho, 2012, p.72).

Em 2005, realiza-se em Bruxelas um dos eventos históricos para o Movimento Europeu dos Trabalhadores do Sexo: *European Conference on Sex Work, Human Rights, Labour and Migration*, organizada pelo International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe – ICRSE.⁹ Nesta conferência foram assinados e aprovados dois documentos importantes: a Declaração dos Direitos dos Profissionais do Sexo na Europa e o Manifesto dos Trabalhadores do Sexo na Europa, que foram entregues aos/às deputados/as do Parlamento Europeu. Um dos eventos mais recentes em Portugal foi a Conferência *Trans Sex Workers Rights are Human Rights*¹⁰, realizada em novembro de 2019, no Porto. Esta conferência contribuiu para um maior envolvimento e diálogo entre toda a comunidade ativista e definição de futuras estratégias político sociais de forma a reforçar e garantir a prática dos direitos dos/as trabalhadoras/es do sexo trans. Esta conferência serviu ainda como canal de comunicação dos resultados alcançados pelo projeto TransR. Este projeto é cofinanciado pela União Europeia no âmbito do Programa

⁷ Sigla mais recente: Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan/Poli+.

⁸ A Rede de Advocacia para Trabalhadores Sexuais da Bay Area.

⁹ <http://www.sexworkeurope.org/>

¹⁰ Disponível em: <https://tinyurl.com/tq6w4lw>

Direitos, Igualdade e Cidadania, procurando contribuir essencialmente para a visibilidade, proteção e reconhecimento dos direitos das pessoas trans que se prostituem.

Uma dimensão que as teorias feministas e os estudos de género (cf. Torres, Costa Cunha, 2018) têm chamado a atenção, é para a limitação do enfoque das pesquisas se centrar bastante na subalternidade e no estigma que marcam as mulheres em contexto de prostituição, sendo necessário ampliar aqueles olhares ao considerar, entre outras, “as dimensões de agência que se abrem a partir dessas trocas” (Piscitelli, 2016, p. 136). É a partir deste pressuposto que procurámos ouvir as cinco mulheres entrevistadas sobre os seus percursos e vivências sociais e pessoais na prostituição, enquanto atrizes principais neste contexto, de forma a entender as suas posições pessoais acerca da prostituição, da sua família, dos/as seus/uas filhos/as e de si mesmas. Não obstante, e partindo desta análise teórica das correntes feministas, torna-se essencial explorar como é que a(s) intervenção(s) social/socialis se assume(m) e efetua(m) na conjuntura da prostituição, norteando-se pelos modelos legislativos em vigor, no contexto português.

**Capítulo II- Prostituição
feminina: Enquadramento
sociojurídico e modelos
legislativos**

| | " | | " |

2.1. Conquista dos direitos da mulher em Portugal

Pretendemos iniciar este capítulo, que analisa brevemente o enquadramento sociojurídico e os modelos legislativos em vigor relativos à prostituição, com um panorama abreviado da conquista dos direitos da mulher em Portugal. Este percurso traz à discussão importantes linhas de pensamento atinentes às questões de género, sexismo, participação social e política da mulher, etc., que se interligam com a problemática do fenómeno da prostituição e seu contexto sociopolítico.

Portugal caracteriza-se pelas mudanças político-sociais tardias, como a própria história testemunha: a primeira vez que o direito da mulher ao voto é concedido é em 1931, pelo Decreto-lei n.º 19694, de 5 de maio, porém com grandes limitações. O artigo 2 deste decreto explica que o voto é permitido às mulheres “portuguesas, viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas de pessoas e bens com família própria e as casadas cujos maridos estejam ausentes nas colónias ou no estrangeiro”. Em 1933 um novo decreto dá a permissão de voto à mulher “solteira, maior ou emancipada”. Somente em dezembro de 1968 é publicada a Lei n.º 2137 que remove, finalmente, qualquer discriminação em função do sexo. (“Diário do Governo”, 1931, 1933, 1968).

Ainda “mergulhado numa guerra colonial” (MAS, 2018)¹¹ até à Constituição da República Portuguesa de 1976, as mulheres viviam o regime ditatorial de forma particular e o papel da mulher na sociedade, difundido pelo Estado Novo, era claro: submissa, dona de casa; mãe cuidadora e passiva sem qualquer direito de escolha sobre a sua vida ou do corpo. A posse de qualquer bem material era administrado por completo pelo homem, “o chefe” da família - *pater familias*. O Código Penal permitia, ainda, ao marido assassinar a mulher em situações de adultério. Apenas 25% da classe trabalhadora era representada por mulheres, sendo a diferença salarial de 40%. (MAS, 2018).

Portugal foi aluído pela revolução de 74, que iniciou um processo de liberdades democráticas, em que as mudanças advindas da mesma afetam de forma positiva e em particular as mulheres, com a fixação de um salário mínimo; aumento salarial, direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, segurança social, saúde pública, habitação, etc. É,

¹¹ Disponível em: <https://tinyurl.com/uj6aas7>

também a partir de então, permitida a lei do divórcio, refletindo isso numa maior liberdade de escolha à mulher, levando à sua emancipação de situações de submissão e controle. Porém, o aborto foi proibido até 1984. Depois da Lei nº6/84, de 11 de maio, ser publicada, foi permitida então, a interrupção voluntária da gravidez em casos de “perigo de vida da mulher, perigo de lesão grave e duradoura para a saúde física e psíquica da mulher, em casos de malformação fetal ou quando a gravidez resultou de uma violação” (APF, s.d). Posteriormente, em 1997, a legislação foi alterada, alargando assim o prazo para realizar a interrupção. Só em 2007, com um referendo nacional, foi incluído na mesma lei, a possibilidade de realizar um aborto a pedido da mulher.

Outra temática importante de referir quando se discutem a situação social das mulheres, prende-se com a violência doméstica, que constitui ainda um problema grave no nosso país. Em 2019, segundo dados da Polícia Judiciária, até novembro foram mortas 33 pessoas, das quais 25 eram mulheres. Dados preliminares do Observatório de Mulheres Assassinadas-UMAR, adiante referido como OMA, de 1 de janeiro a 15 de novembro de 2020 foram assassinadas 30 mulheres: 16 femicídios em relações de intimidade e 14 assassinatos noutros contextos.

Segundo o OMA mais de 500 mulheres foram assassinadas nos últimos 15 anos em contexto de relações de intimidade. Desde a publicação da Lei n.º 7/2000, de 27 de maio, a violência doméstica passa a ser um crime de natureza pública, sendo que para além da vítima, qualquer pessoa com conhecimento de uma situação de violência, pode denunciar. Foram feitas também algumas alterações relativamente à forma de intervenção neste tipo de situações, por parte do governo em funções até novembro de 2019: foi criada uma equipa multidisciplinar, coordenada pelo responsável pela Equipa Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica, para apresentar propostas concretas.

O século XX foi um século de conquistas e emancipação para todas as mulheres, em que finalmente é possível passar de uma presença maioritariamente privada para uma “visibilidade social das mulheres na história e na construção dos povos, na literatura e nas artes” (MDM, 2014). Foi uma época de luta por valores indispensáveis e indissociáveis a uma sociedade justa, porém as desigualdades e as discriminações persistem, com “roupagens de grande subtilidade” mesmo que teoricamente não seja permitido. (cf. MDM, 2014).

Não obstante, o machismo estrutural continua e perpassa pelas relações sociais e de poder. De exemplo: a mulher portuguesa é a que detém o horário de trabalho mais longo da União Europeia e Portugal é dos países que oferece menos estímulos fiscais às famílias (OCDE, 2009b, citado por Tomás, 2012, p. 123).

Anália Torres sustenta, no discurso que levou a cabo no II Congresso Internacional do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (2019), que continuam a existir “oposições aos feminismo e à igualdade de género (p.3), utilizando como referência acontecimentos políticos como a nomeação de Donald Trump e Bolsonaro, figuras masculinas claramente propagadoras de machismo, xenofobia e islamofobia, que nos recorda da “progressão do nazismo na Alemanha” (p.4). No contexto português vemos crescer movimentos de extrema-direita que proclamam a urgência de uma mudança política que assume claramente a exclusão das minorias étnicas, das mulheres, da comunidade negra de todo e qualquer processo político e social. Revivemos momentos e formas de opressão que se mascaram em novas expressões e discursos, silenciando o caminho até hoje feito na emancipação das mulheres e dos homens na sociedade. Pois tal como Torres afirma: “as questões de género não são problemas das mulheres, mas questões sociais globais” (p.11).

Toda a comunidade de intervenção educativa e social deve assumir responsabilidades em prol de uma ação coletiva, organizada e consciente, alicerçada em políticas públicas do micro ao macro, que sejam representativas e inclusivas de forma a sustentar as mudanças de assumida urgência na luta pela igualdade de género.

2.2. Panorama legislativo sobre a prostituição em Portugal¹²

Para termos uma ideia da evolução legislativa em Portugal acerca da prostituição e como esta e todos os agentes inseridos na mesma são interpretados, apresenta-se um mapeamento cronológico que explicita os marcos do século XII até ao presente:

¹² Fonte: Oliveira (2018).

1836- Código Administrativo
estabelecimento de regulamentos,
implementados somente a partir de 1853.

1962- “Bandeira Branca” Fim oficial do
Regulamentarismo

1974- “Cravos” Nova legislação é
anunciada.

1991- Ratificação da Convenção das Nações Unidas para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem (1949). De acordo com esta convenção, a prostituição e o tráfico de pessoas para a prostituição são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e colocam em perigo o bem-estar individual, comunitário e familiar.

2020- Prostituição volta a ocupar espaço no debate político e mediático, sobretudo em Lisboa.

Século XII-XIX- “O Controlo”

Leis avulsas que visavam o controle da prostituição e quem a praticava.

1949- “Incoerência: A caminho do proibicionismo”

Impedimento de novos registos e da abertura de novos bordéis. “posição ambígua por parte do governo que queria simultaneamente manter a prostituição e aparentar que ia ao encontro das exigências do movimento abolicionista.”

1963- Proibição e Criminalização da Prostituição

Todos os bordéis legais fecharam e os registos existentes caducaram. Quem praticasse prostituição podia ser preso, com penas que variavam entre os seis meses e os três anos de prisão.

1982- Despenalização da Prostituição

Embora a prática da prostituição não seja crime, há um crime associado a esta atividade: o crime de lenocínio. De acordo com o artigo 169º do Código Penal Português (CPP), quem, profissionalmente ou com fins lucrativos, promover, encorajar ou facilitar a prostituição de outra pessoa, será punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

Como podemos constatar, durante o século XII até ao XIX, à qual chamamos a fase do “controle”, as leis eram avulsas no que concerne ao controle da prostituição e de quem a praticava. No ano de 1836, estabelecem-se regulamentos que começam a ser implementados somente a partir de 1853. Porém em 1949, resultante de esforços por parte dos movimentos abolicionistas e das “evidências relacionadas com o falhanço da regulamentação” (Oliveira, 2017, p.203), inicia-se um percurso face ao modelo proibicionista, com o impedimento de novos registos e da abertura de novos bordéis. Há, então, uma “posição ambígua por parte do governo que queria simultaneamente manter a prostituição e aparentar que ia ao encontro das exigências do movimento abolicionista.” (Oliveira, 2017, p. 203). O modelo da regulamentação só termina em 1962.

Em 1963, a prostituição é proibida e criminalizada, modelo que se manteve até ao final de 1982, resultando no encerramento de todos os bordéis até então legais, bem como na caducidade dos registos existentes. Quem praticasse prostituição podia ser preso, com penas que variavam entre os seis meses e os três anos de prisão. Com a revolução de 1974, uma nova legislação é anunciada. Em 1982, há uma mudança significativa, passando de proibida a despenalizada a prática da prostituição. O que constitui, efetivamente, um crime é o lenocínio. De acordo com o artigo 169.º do Código Penal Português (CPP), quem, profissionalmente ou com fins lucrativos, promover, encorajar ou facilitar a prostituição de outra pessoa, será punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

Foram, ainda, assinados e/ ou ratificados documentos e estratégias importantes no que concerne a uma cultura social de não violência ao longo dos anos. Em abril de 1980, Portugal assina a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Em 1991, Portugal ratifica a Convenção das Nações Unidas para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem, criada em 1949. De acordo com esta convenção, a prostituição e o tráfico de pessoas para a prostituição são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e colocam em perigo o bem-estar individual, familiar e comunitário. Ainda em 2011, assina a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, mais conhecida como a Convenção de Istambul.

A prostituição em Portugal, atualmente, não é considerada um crime, mas também não é uma atividade ou profissão regulamentada. O lenocínio, ou seja, a intermediação lucrativa do sistema de prostituição, constitui sim um crime. Para além das leis criminais, não há leis laborais ou tributárias. Em 1991 foi ratificou-se a Convenção das Nações

Unidas para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem (1949).

Ao nível da intervenção, é importante referir que o Governo português tem, não só que se basear, como respeitar a Convenção das Nações Unidas, mas também a Constituição da República Portuguesa (CRP)¹³ e a anteriormente referida Convenção de Istambul. Segundo o Artigo 6.º desta Convenção: “Os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas, incluindo disposições legislativas, para suprimir todas as formas de tráfico das mulheres e de exploração da prostituição das mulheres.”¹⁴

No espaço público de intervenção, merece menção a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), uma das principais organizações em Portugal que aborda questões relacionadas com a prostituição e conceptualiza as pessoas que se prostituem como “vítimas sem exceção e é claramente favorável à erradicação da prostituição.” (Oliveira, 2017, p. 206)¹⁵. No relatório de 2010, a CIG trata a prostituição como uma forma de violência exercida contra as mulheres, constituindo-se ainda como uma violação dos direitos humanos. No relatório, explicam também que a prostituição está diretamente relacionada com “situações de exclusão, de natureza económica, social, humana e psicológica” e com outras formas de indústria ligada à “exploração sexual, como a pornografia.” (p.116).

2.2.1 Portugal: discussão no espaço político e mediático

No ano de 2018, o tema da prostituição em Portugal voltou a ocupar espaço no debate político e mediático, sobretudo na zona da Lisboa. A aprovação da Regulamentação da Prostituição no Congresso do Partido Socialista¹⁶, atual partido do Governo Português, indica que este tema estará em cima da mesa nos próximos tempos e, apesar da intenção de o discutir ainda durante a presente legislatura¹⁷, é no âmbito da Câmara Municipal de Lisboa que o tema já se materializou em discussões, propostas,

¹³ Artigo 13.º e 9.º h.

¹⁴ Consultado em: <https://tinyurl.com/y3co696c>

¹⁵ Texto adaptado de um artigo da autora publicado no livro *Assessing Prostitution Policies in Europe*, editada por Hendrik Wagenaar e Sinnove Jahnsen.

¹⁶ Retirado do Jornal Diário de Notícias (março, 2017). “PS também aprovou regulamentação da prostituição”.

¹⁷ Retirado do Jornal Sol (maio, 2018). “JS volta a trazer o tema da prostituição ao congresso do PS”.

negociações e reposicionamentos, que incluem não só os partidos políticos presentes mas também associações que trabalham diretamente com a prostituição, grupos de investigadores/as e ativistas.

Consideramos importante partilhar algumas das notícias mais recentes acerca deste fenómeno de modo a enquadrar e assinalar a pertinência e a atualidade do tema – não foi objetivo fazer qualquer análise de conteúdo aos meios de comunicação social sobre o tema -, de assumida dificuldade mesmo para quem se dedica a este campo de estudo, como nos sugerem Ribeiro e Sá (2004):

o processo de investigação, sobre prostituição, interroga a nossa sexualidade, os valores ligados ao género a que pertencemos, as nossas convicções e compromissos políticos e ideológicos mais profundos. A sua compreensão exige não só um deslocamento do olhar, mas também uma solicitude atenta a todos os pontos de vista, incluindo os das trabalhadoras sexuais” (p. 16).

Em novembro de 2018, o Jornal Diário de Notícias¹⁸ anunciava que tinha sido aprovada a Estratégia Municipal sobre a Prostituição, pela Câmara Municipal de Lisboa (CML). Após vários adiamentos da discussão e ainda sem reunir consensos, a proposta votada pela maioria, contemplava a realização de um estudo diagnóstico sobre a prostituição na cidade de Lisboa. Este estudo serviria para delinear um plano de intervenção conjunto, que envolvesse os vários agentes económicos e sociais, tendo também o objetivo de recolher informação:

nomeadamente referente à idade, sexo e nacionalidade das pessoas prostituídas, aos espaços de prostituição, zonas da Cidade e relação com situações de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual; às situações de toxicodependência nas pessoas prostituídas; à organização do negócio, nomeadamente a sua relação com o turismo sexual e o crime de lenocínio e a identificação das respostas sociais existentes. (CML, 2018, p. 2)

O mesmo documento (2018, p. 1) justificava a proposta a partir das Convenções da ONU, ratificadas por Portugal, que preveem a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração

¹⁸ Retirado do Jornal Diário de Notícias (novembro, 2018): “Câmara de Lisboa aprova estratégia municipal de intervenção na prostituição”.

da Prostituição de Outrem, utilizando ainda o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, para enquadrar a prostituição como uma forma de violência que deve ser prevenida.

Se a proposta de aprofundar o conhecimento sobre o tema pode parecer consensual, os posicionamentos sociopolíticos não o foram, como ficou demonstrado na votação do documento: o Bloco de Esquerda votou contra e o Partido Social Democrata ausentou-se do debate, não participando na votação – e pela forma como foi gerido o debate nos meses que antecederam à votação e após a mesma.

Em abril de 2018 reuniu o grupo técnico, liderado pela CML no âmbito do Pelouro de Educação e Direitos Sociais, intitulado “Plataforma Lisboa — Trabalho Sexual”, que abrangia diversas associações e organizações, no sentido de articular e melhorar respostas nesta área.

Em agosto, Aline Flor (2018) publica uma reportagem para o jornal Público, sobre as discussões em curso: “Prostituição é trabalho? «Não sei se vamos conseguir consensos, talvez tolerâncias»”. Ao longo do artigo é explicado que a formação da Plataforma, referida acima, gerou polémica por causa do uso da expressão “trabalho sexual”, geralmente associada aos movimentos pró-regulamentação e entendida como uma normalização do fenómeno da prostituição pelos/as abolicionistas. A existência da Plataforma foi contestada pela associação “O Ninho”, o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM), o que resultou numa petição pública e na aprovação de uma recomendação, feita pelo Partido Comunista Português, na Assembleia Municipal, para que não fosse usada aquela nomenclatura.

Ainda sobre o desacordo perante os pressupostos da Estratégia Municipal da Intervenção na Área da Prostituição aprovada, após a sua votação, foi endereçada uma carta aberta ao Presidente da Câmara de Lisboa, redigida por 22 investigadores/as, por se ter ignorado as organizações que trabalhavam no terreno e a literatura científica sobre o tema.

Em 2021, a deputada Cristina Rodrigues propôs, em Assembleia da República, que o Orçamento de Estado de 2022 incluísse um “fundo destinado à implementação de programas de saída da prostituição.” Sugeriu, ainda, que através de um projeto de lei a criminalização do recurso à prostituição e a punição de até 1 ano o comprador, não

penalizando quem se prostitui. A deputada sugeriu que o Governo trabalhe em “articulação com entidades governamentais, autarquias locais, organizações não governamentais e associações em particular de mulheres”. Esta iniciativa, baseada no modelo sueco, prevê ainda a alteração da lei que define a aplicação da educação sexual em meio escolar, passando a incluir “o reconhecimento da indispensabilidade do consentimento para uma sexualidade vivida com respeito e igualdade”.¹⁹

Esta descrição é importante para assinalar o debate atual sobre o fenómeno, que não se reduz à questão semântica, de aceitação ou não, da expressão “trabalho sexual/profissional do sexo”, mas aponta para um conflito latente na sociedade portuguesa, pelo confronto entre diferentes perspetivas sobre o fenómeno da prostituição.

2.3 Enquadramento legislativo em vigor e suas principais críticas

Existem quatro modelos enquadrados legalmente quando se discute o fenómeno da prostituição, a saber:

- (i) Modelo de regulamentação, que defende que a prostituição é como qualquer outro trabalho e, portanto, é-lhe concedido os mesmos direitos e deveres: reconhecimento legal, proteção social, garantia de direitos laborais, entre outros. Países como Holanda e Alemanha enquadram-se neste modelo.
- (ii) Modelo abolicionista, como o próprio nome indica, visa o fim da prostituição, sem criminalizar a pessoa que se prostitui. Este modelo considera a prostituição como uma violência de género e, portanto, considera quem se prostitui como uma vítima, podendo criminalizar o cliente - como é o caso da legislação sueca.
- (iii) Modelo proibicionismo criminaliza tanto o cliente como a pessoa que vende, que é vista como delinquente, países como os EUA e a China utilizam este modelo na sua legislação.

¹⁹ Lusa (2021, 21 de maio) Deputada Cristina Rodrigues quer pena até um ano para clientes da prostituição. *Público*. <https://tinyurl.com/35mnbde5>

- (iv) Modelo da descriminalização, não tão difundido, está em vigor na Nova Zelândia, desde 2003. Este entende a prostituição como uma profissão sem leis, regulamentos ou estatutos especiais.

2.3.1 Confronto entre a estatística e a realidade

Os países referência dos modelos legislativos do abolicionismo e da regulamentação, que mais dados estatísticos reúnem sobre a prostituição são a Holanda (modelo de regulamentação) e a Suécia (modelo abolicionista). A Holanda foi o primeiro país europeu a legalizar prostituição, enquanto profissão e enquanto negócio, desde 2000. O objetivo era proteger as pessoas inseridas no contexto de prostituição e melhorar as suas condições de trabalho e de vida. Isso aconteceria através da aquisição do estatuto de trabalhadores/as independentes.

Para que tenhamos um parecer em termos estatísticos dos resultados destas medidas de regulamentação da prostituição, proceder-se a um confronto com dados do último relatório elaborado pelo governo holandês, em 2007. Segundo o estudo elaborado para o Parlamento Europeu (2014), consta que:

- (i) 95% das *prostitutas* na Holanda trabalha sem contrato, ou seja, a maioria não recebe qualquer apoio social (p.34);
- (ii) As condições de trabalho variam, uma vez que os municípios têm autonomia para aplicar políticas próprias, sendo que apenas 2% destes aceita a prostituição em contexto de rua;
- (iii) O bem-estar emocional das trabalhadoras sexuais na Holanda diminuiu entre 2001 e 2006, tendo aumentado os distúrbios psicológicos e o uso de sedativos (p.34);
- (iv) Apenas 6% dos municípios ofereceram programas para saída da prostituição (p.35);
- (v) Um terço de todos os estabelecimentos licenciados para o negócio já foram sancionados por infrações. A maior parte recebeu apenas um aviso formal, sobretudo devido à existência de *prostitutas/os* sem visto de residência legal e/ou autorização de trabalho. 75% das inspeções realizadas foram anunciadas previamente (p.35).

Têm sido feitas algumas recomendações a nível internacional, uma vez que os abusos e as ilegalidades continuam a fazer parte da realidade holandesa. No mesmo estudo (2014) é mencionado que as autoridades do país pretendem fazer algumas alterações à lei, de modo a diminuir a relação entre prostituição e crime organizado, como por exemplo, aumentar a idade legal de 18 para 21 ou punir clientes que usem a prostituição considerada ilegal, através de uma multa. A principal crítica a estas medidas é ter como pressuposto, incorretamente, que as vítimas de tráfico e de exploração sexual trabalham apenas nos setores ilegais.

Partilhamos das preocupações e das críticas que têm sido feitas a este modelo. O impacto que esta atividade tem a nível económico no país, também devido ao turismo sexual, parece ter mais preponderância do que a fiscalização. Consideramos importante haver uma avaliação (mais) sistemática e efetiva das consequências da legislação para igualdade de género e acesso a uma cidadania plena.

Por outro lado, a novidade do modelo sueco consiste na mudança de foco no olhar sobre o fenómeno da prostituição, uma vez que é criminalizado apenas aquele/a que compra serviços sexuais. Com esta mudança legislativa pretendia-se reduzir a prostituição e as situações de tráfico sexual e combinava dois aspetos: i) a curto-prazo, punitivo, transferindo o estigma de quem se prostitui para quem compra; ii) a longo-prazo, uma mudança nas atitudes e ações, sobretudo entre homens, para que ocorresse uma diminuição da procura da indústria do sexo.

Embora a lei seja neutra no que diz respeito ao género, a sua introdução fez parte de um conjunto de medidas, criado em 1997, que visava combater e penalizar a violência contra as mulheres: “Act on Violence against Women“ (Holmström & Skilbrei, 2017, p. 83). Assumindo que a prostituição/ *trabalho sexual* é em grande medida protagonizado por mulheres, as autoras realçam que esta iniciativa legislativa foi precedida de um longo debate sobre igualdade de género, acompanhado de um forte incentivo à produção de estudos e relatórios sobre prostituição, que se intensificou após a sua implementação. O objetivo passa por monitorizar os desenvolvimentos no mercado da prostituição (cf. Piscitelli, 2016) e entender os efeitos práticos desta lei:

Vários materiais educativos foram produzidos como resposta ao plano de ação, juntamente com diversos estudos e relatórios. Svedin e outros/as autores/as publicaram um relatório abrangente baseado numa série de estudos quantitativos e qualitativos de experiências de compra e venda de sexo e prostituição. Foram,

ainda, publicadas avaliações do trabalho social e de saúde realizadas pelas unidades que trabalham com a prostituição. A Federação Sueca pelos Direitos LGBT+ (RFSL), realizou um estudo sobre as experiências da comunidade LGBT na venda e compra de sexo. O Quadro Nacional para assuntos da juventude [*National Board for Youth Affairs*], publicou um relatório sobre a vulnerabilidade dos jovens à exploração sexual na internet. (Holmström & Skilbrei, 2017, p. 87).

A atitude reflexiva permanente por parte das organizações governamentais e não governamentais parece ser um dos pontos fortes deste modelo. Isto permitiu chegar a conclusões e, por outro lado, formular novas perguntas (Holmström & Skilbrei, 2017), que apresentamos de forma sucinta:

(i) Houve uma diminuição da percentagem de pessoas que recorre ao mercado da prostituição: em 1996 13% admitia já ter procurado comprar serviços sexuais em algum momento da sua vida; em 2008, apenas 8% respondeu já o ter feito. O medo do estigma é apontado como fator dissuasor (p. 88).

(ii) A prostituição em contexto de rua teve uma redução estimada de 50%, no entanto apenas a prostituição “visível”²⁰ foi contabilizada. Há autores/as que levantam a hipótese da prostituição “indoor” ter aumentado, no mesmo período (p. 88).

(iii) O apoio da população à lei que criminaliza clientes aumentou: em 2008, 70% considerou que esta se deve manter; no entanto houve também um aumento do número de pessoas que é favorável à criminalização das *prostitutas*: em 2012, representavam 59% dos inquiridos/as, uma percentagem que é maior entre mulheres (pp. 91-92).

(iv) O “estigma” continua a ser uma realidade para muitas *prostitutas* na Suécia, o que constitui um grande desafio teórico para quem estuda este tema, o que nos leva a deixar algumas questões em aberto: como medir o estigma? Como superá-lo? Será que a lei teve um impacto negativo, não esperado, nas vidas das mulheres que se prostituem?

²⁰ Consideramos prostituição “visível” como aquela que é facilmente observável, por qualquer indivíduo, por exemplo prostituição de rua/estrada.

Capítulo III- Prostituição,
Maternidade e Família:(Des)
construir concepções para
(melhor) intervir

| | ' ' | | ' ' |

3.1 *Habitus*: Concepções sobre maternidade e família

Assumindo como sujeito principal desta dissertação a mulher mãe, entende-se necessária uma contextualização histórica e conceptual do conceito de maternidade e família.

Como nos explica o Manual Pedagógico “Um Género de Escola” (2017), pensar em igualdade de género implica refletir sobre a “pluralidade de masculinidades e feminilidades, numa visão que não pode ser reduzida a formas e fórmulas binárias” (p.12). *Género* é definido como um termo que pretende abordar “os aspetos sociais, culturais e históricos presentes nas concepções de “ser homem” e ser mulher”. (p.12) Este conceito que assoma no contexto do movimento feminista anglo-saxónico na década de 1970 pretende “rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual” (Scott, 1995, citado em “Um Género de Escola”, p.12). Assim, sublinha-se a necessidade de desconstruir que o sexo biológico não determina a expressão de género²¹ da pessoa. A utilização científica do termo género, permite questionar-desconstruindo- esta ideia mainstream de que existe uma diferença natural entre os sexos em termos de comportamentos, atitudes, capacidades e emoções, que tem sido o principal canal de (re)produção de desigualdades entre homens e mulheres. Torna-se substancial pensar no universo do género como algo que ultrapassa a esfera pessoal-micro- e que detém um papel importante na esfera macrossocial, nas diferentes instituições, economias e governos. (cf. Connel & Pearse, 2015)

A construção em redor do feminino associa-se à fragilidade física, ao cuidar, às emoções, procriação; em oposição o masculino é diretamente ligado à força, virilidade, violência e na pouca (ou nula) partilha de emoções. (Amâncio, 1993; 1994; Cunha, 2018). Esta estereotipia influencia a construção das relações sociais e as expectativas que se constroem à volta do lugar da mulher e do homem, influenciando de forma direta o seu percurso ao longo da vida.

Como nos sugeria Simone de Beauvoir na sua aclamada obra *O Segundo Sexo* (1949) “nenhum destino biológico, psíquico, económico define a forma que a fêmea

²¹ Forma como a pessoa manifesta publicamente o seu género através do uso do nome e pronome, roupa, corte de cabelo, etc., bem como a forma como interage com outras pessoas. (cf. Glaad, 2016), disponível em: <https://www.glaad.org/reference>.

humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino.” O feminino foi definido através de uma perspectiva androcentrista, associada maioritariamente à fragilidade, dependência e vinculado à maternidade. (cf. SOF, 2013).

A maternidade tem sido alvo de várias investigações nas mais diversas áreas desde a Medicina à Psicologia, passando pela Sociologia e Antropologia, desenvolve-se consoante a sociedade e por isso assume uma polissemia de significados. Ser mãe é subjetivo: varia consoante o espaço social e cultural, o tempo e as vivências e percursos individuais. Segundo Borges (2007), as crenças, costumes ao longo da história “construíram as mulheres na sua identidade genérica de mães” (p. 45).

A partir do século XVIII, na história da civilização ocidental, constrói-se a premissa que a função feminina está intrinsecamente ligada à maternidade, quase como um *handicap*. É criado um conceito de mulher-mãe no seio da família moderna: a mãe deve ser plenamente devota aos seus filhos e incorporar todas as qualidades tradicionalmente associadas à feminilidade: acolhimento, ternura e intimidade.

Ao longo dos séculos XIX e XX começa um novo paradigma de cuidado do “corpo feminino”: do pré-natal, da medicina, da psicanálise, das tecnologias e da nutrição. Este processo de “politização da maternidade, que atualiza, complexifica, exacerba e multiplica investimentos educativo-assistenciais que têm como foco mulheres-mães (Meyer, 2006, citado por Moreira & Nardi, 2009, p.576). É ainda no final do século XIX que as mulheres começam a possuir mais controlo sobre a educação dos seus filhos/as, influenciado pela diminuição do número de crianças na família, provocando uma maior centralidade afeto amorosa na criança.

É uma imagem amplamente difundida nos meios de comunicação social: a mãe que cuida dela e das crianças, ao mesmo tempo que se democratiza enquanto há uma revolução do conceito de mulher: ter um papel ativo e participativo na sociedade e não só uma figura constricta ao privado/doméstico.

Na década de 60 surgem os contraceptivos, caracterizado pela luta das mulheres francesas para obter a pílula contraceptiva e o aborto como direito político: [un enfant si je veux, quando je veux}, *uma criança se eu quiser, quando eu quiser*. Este período de recusa da imposição da maternidade ao feminino e de reivindicação da escolha livre de reprodução foi importantíssimo para a emancipação da mulher do espaço privado.

O valor dado ao relacionamento mãe-criança nem sempre foi o mesmo. No seu livro *O lugar dos filhos*, Cunha (2007), explica-nos que ao comparar os tempos medievais e os tempos modernos, existe dois tipos de família, relativamente ao modo como veem os seus filhos: no primeiro a criança é negligenciada, e vista como mão de obra. No segundo, a *graça* da família baseia-se maioritariamente sobre a criança e o seu futuro. (cf. Ariès, 1960).

O lugar da criança na família mudou significativamente ao longo do século XX a níveis quantitativos: o número de filhos por família; e a níveis qualitativos: nas motivações para a “procriação e nas funções que os filhos desempenham na vida familiar, já não de ordem instrumental, como no passado, mas eminentemente afetivas” (p.2).

Como afirma Cunha (2006), os afetos e laços sentimentais não eram comuns nas dinâmicas familiares, nas sociedades de antigo regime. Estas eram caracterizadas principalmente em “prerrogativas de natureza instrumental”, onde reinava a produção e reprodução, a “entrejuda quotidiana e partilha de um ofício, de transmissão patrimonial e defesa da honra”. (p.29). O conceito de família moderna pode ser explicado como:

família afetiva, nasce da redefinição do lugar dos filhos (...) Este processo, que acontece em vários tempos e fases, é acompanhado por uma transformação, por assim dizer, quantitativa da presença dos filhos na família, que vê diminuir progressivamente o número de filhos por família à medida que a sua importância afetiva aumenta. (p. 11)

Um dos intentos desta dissertação é explorar o conceito mulher-mãe, ouvindo e priorizando os discursos sobre maternidade da mulher que está em contexto de prostituição. Como se sentem? Que alegrias e angústias lhes pesam? Uma mulher que se prostitui tem como prioridade o bem-estar do/a seu/sua filho/a?

De acordo com a investigação “As prostitutas também são mães: Contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema”, levada a cabo por Ribeiro (2004), 75% das prostitutas entrevistadas eram mães, este facto revela-se “poderosamente condicionante da configuração dos seus percursos de vida em geral, da construção da sua identidade e das suas decisões relativas à prostituição, em particular” (p. 30).

A prostituição apresenta-se como um problema moral para a sociedade, levantando várias questões no que toca à mulher-mãe que se prostitui: espera-se das mulheres um

papel de esposas e mães exemplares, ou seja, seguindo uma determinada norma social. Isto provocou uma distinção entre “mulher-esposa-mãe” e a “mulher sedutora, depravada-puta” (Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro, & Sacramento, 2007, p. 203). Depois de analisar a construção conceptual e história da maternidade, encontra-se uma questão de procuraremos responder através da análise das suas narrativas (cf. Capítulo V): a mãe que se prostitui enquadra-se neste conceito construído à volta da mãe devota aos seus filhos e filhas, figuras centrais das suas vidas?

É importante rever conceitos históricos e socio- teóricos sobre a maternidade e a família para que possamos delinear e fundamentar adequadamente as intervenções neste domínio baseados numa reflexão crítica sobre os mesmos e tendo em conta os diferentes contextos sociais e culturais onde a pessoa se insere.

3.2 Proposta: Para uma Educação Social e Intervenção Comunitária crítica sobre o fenómeno da prostituição feminina

Perante cenários sociais crescentes de vulnerabilidade, violência e discriminação, é essencial uma promoção de estratégias políticas e comunitárias ativas assentes na promoção e garantia de direitos e de exercício de cidadania plena. Enquanto Técnicos/as Superior de Educação Social assume-se a responsabilidade de desempenhar um trabalho crítico e consciente na base dos Direitos Humanos, respeito, inclusão e não discriminação, em qualquer contexto ou problemática a intervir.

A prostituição estende a lógica de *mercantilização*, dominante na organização social atual, aos corpos e ao seu acesso mediante um preço de mercado. É de realçar que a maioria continua a ser mulher e que, longe de ser um fenómeno natural ou imutável, é, ao mesmo tempo, um produto das desigualdades existentes e (re)produtor das mesmas (Pavía, Passos & Oliveira, 2020). Considerando que é um fenómeno que não tende a desaparecer a curto-prazo, ainda que se introduzam mudanças legislativas, parece-nos essencial rever de que forma podemos pensar e intervir enquanto Educadores/as Sociais sobre este tema. Considerando, também, pontos de análise que têm sido invisibilizados ou não problematizados, como por exemplo, o lugar dos/as filhos, temática que deu origem à investigação que aqui se apresenta.

Quem está inserido/a no mercado da prostituição, segundo a literatura revista, está exposto a situações de violências múltiplas - física, psicológica e social - e a sua “voz” é, frequentemente, substituída pela opinião de académicos/as, lóbis e ativistas no estabelecimento de prioridades, no planeamento, execução e avaliação dos projetos e das ações coletivas realizadas.

De acordo com Ribeiro e Sá (2004) há uma tendência para “subestimar e desacreditar a sua [de quem se prostitui] capacidade organizativa e mobilizadora em torno das questões relacionadas com os seus direitos” (p. 13). Em vez de uma perspectiva individualista, “culpabilizadora” e assistencialista das pessoas que se prostituem, consideramos que as/os profissionais da área social devem ter um papel colaborativo e de facilitação - tendo em conta que se pretende que o grupo-alvo se torne autónomo na identificação das suas necessidades e vontades. Importa, para que esta capacitação subsista, a existência de respostas alternativas de saída, infraestruturas públicas e sociais que facilitem a (re) integração socio laboral da pessoa, caso requeridas pela pessoa que se prostitui. Sublinhamos a importância de uma intervenção sistémica, intersectorial e integrada do trabalho social considerando sempre os contextos de vida alargados: família, organizações e comunidades. Sem esquecer, obviamente, as influências do contexto nacional e supranacional, nomeadamente, ao nível das políticas públicas.

A intervenção social deve assentar nos princípios reguladores da prática profissional da Educação Social em Portugal, atestados na Constituição da República Portuguesa (CRP). Tal documento deverá ser respeitado e efetivado, em qualquer ação de intervenção sociopedagógica. Seleccionamos um conjunto de artigos da CRP que mais diretamente se relacionam com a temática da investigação:

Artigo 13.º - (Princípio da Igualdade) 1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Artigo 26.º - (Outros direitos pessoais) 1. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade na vida privada e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação.

Artigo 68.º - (Paternidade e maternidade)

1. Os pais e as mães têm direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível Ação em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país.

2. A maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes.

3. As mulheres têm direito a especial proteção durante a gravidez e após o parto, tendo as mulheres trabalhadoras ainda direito a dispensa do trabalho por período adequado, sem perda da retribuição ou de quaisquer regalias.

4. A lei regula a atribuição às mães e aos pais de direitos de dispensa de trabalho por período adequado, de acordo com os interesses da criança e as necessidades do agregado familiar.

Artigo 69.º - (Infância) 1. As crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.

No que concerne à intervenção com as crianças que estão inseridas no contexto de prostituição de forma direta ou indireta, parece-nos fulcral uma intervenção que as considere, tanto de ponto de vista ontológico, epistemológico, teórico e metodológico, ou seja, com estatuto próprio na investigação e na intervenção em contextos de prostituição e, assim, possibilite pensar numa intervenção integrada, inclusiva e holística. Permita, entre outras dimensões, a diminuição ou erradicação das condições de riscos (criminalidade, pobreza, etc.) impedindo a sua reincidência e perpetuação e o reconhecimento da agência das mulheres.

Na área da resposta social em Portugal é urgente a criação de serviços, nomeadamente um plano nacional de prevenção, implicando concretamente respostas de sensibilização a jovens para uma existência da sua sexualidade livre e assente nos Direitos Humanos. (PPDM, 2019). Como poderemos constatar na entrevista à Educadora Social (cf. Capítulo VI) era uma prática comum uma intervenção unicamente direcionada para o acolhimento residencial dos/as filhos/as menores das mulheres que se prostituem, uma vez que não existiam respostas sociais à família e a crianças suficientes, refletindo o ajuizamento social destas maternidades. A existência destes serviços torna-se essencial para que a única resposta social não seja a colocação das crianças em instituições de acolhimento e possível adoção (Oliveira, 2010). O acolhimento residencial das crianças é uma condição transitória constituindo-se, porém, o último recurso na proteção da criança ou jovem. Este processo deve centrar-se “na ideia do futuro e na definição do

projeto de vida da criança ou jovem, tendo em vista a sua futura autonomia e (re)integração social e familiar.” (Carvalho, 2013, p.4)

Esta medida de acolhimento em instituição, visa a efetivação dos princípios estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, das Nações Unidas, ratificada pelo Estado português a 21 de setembro de 1990. Sarmiento *et al.* (2007) afirma que:

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) assim como toda a legislação e instrumentos jurídicos que se reporta às crianças, apesar de todas as limitações e críticas, é uma marca de cidadania, um sinal da capacidade que as crianças têm de serem titulares de direitos e um indicador do reconhecimento da sua capacidade de participação (p. 192).

Em situações de risco, devidamente sustentadas a nível jurídico, deve ser acionada uma intervenção tutelar de promoção e proteção pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou pelos Tribunais (art.º 3º, LPCJP). Com objetivo principal de remover o perigo em que a criança se encontra, é um procedimento no qual se torna indispensável a mobilização dos diversos agentes sociais das respetivas comunidades, tal como as equipas e instituições de intervenção social que trabalham juntamente com mulheres que têm filhos/as em contexto de prostituição.

No entanto, o número de crianças e jovens que são afastados das suas famílias e acolhidos em casas de colhimento ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, anualmente, é elevado (cf. Carvalho, 2013). Em Portugal, a discrepância entre políticas e práticas é particularmente elevada, os direitos de participação das crianças têm muita dificuldade em ser garantidos, sobretudo junto das infâncias mais vulneráveis, como as crianças que integram núcleos familiares onde o contexto de prostituição existe. Apesar de haver esta proteção no documento oficial de proteção à criança e da sua entidade, reconhecemos que existe uma recusa da criança como um ser social pleno na conceção moderna de cidadania. Concordamos com Tomás (2012), que postula:

muitos compromissos permanecem incumpridos, não porque os direitos das crianças sejam demasiado ambiciosos, inatingíveis ou tecnicamente impossíveis de promover, mas porque a agenda da infância não é ainda considerada como uma prioridade política, cultural, económica e social. Este facto é ilustrativo de uma sociedade em tensão, entre os seus discursos oficiais sobre os direitos da criança e a sua acção na área das «políticas para a infância».

Posto isto, concordamos que existe um conjunto de princípios a serem implementados durante a implementação prática dos serviços familiares e de infância (cf. Wolery, Strain & Bailey 1992, citado por Esteves, 2018, p.3):

- i. Enfoque holístico na família e criança como parte integrante;
- ii. Apoio na sua capacitação e autonomização;
- iii. Adequação das prestações sociais consoante as diferentes necessidades da família: financeiras, informativas, apoio social, serviços comunitários, etc.
- iv. Intervenção individualizada, tendo em conta a cultura, etnia, modo de vida da família.
- v. Equipas multidisciplinares: a intervenção deve ser resultado da coordenação de diferentes serviços e profissionais das mais diversas áreas.

Sublinha-se, ainda, a importância de deter um quadro conceptual teórico consistente, atualizado e flexível sobre as diferentes causas e situações de determinada problemática quando intervimos, para a construção e aplicação de estratégias que tenham em conta a pessoa, a família e a comunidade.

O trabalho social é urgente numa época onde a democracia caminha em chão instável, onde a sociedade prioriza o capital ao humano e social, em que a violência social e de género ganha cada vez mais visibilidade. Como defende Serapicos (2003), “a violência social é, frequentemente, a expressão da insatisfação por parte de quem se vê privado dos direitos da sociedade do bem-estar, uma vez que esses cidadãos terão compreendido que usufruir de bem-estar é um direito que lhes assiste” (p.56). Assim, consideramos que as prioridades da intervenção devem estar assentes no fortalecimento comunitário, na democracia participativa e na capacidade de agir coletivamente, com vista à mudança social e política, de forma a favorecer resultados positivos e mais sustentáveis.

**Capítulo IV- Percurso
metodológico e ético**

| ' ' | | ' ' |

Neste capítulo, pretende-se apresentar o caminho metodológico e ético adotado nesta investigação para facilitar a compreensão de quem a lê, das opções levadas a cabo de acordo com os objetivos deste trabalho.

4.1 Problemática, finalidade e questões orientadoras

Averiguamos uma escassa produção de trabalhos académicos, através da pesquisa no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), que se centram no estudo da maternidade e das diversas dinâmicas familiares e de proximidade de mulheres em contexto de prostituição que nos possibilitem conhecer cientificamente a realidade nacional. *Vidas na Raia* de Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro e Sacramento (2007) é um dos poucos trabalhos identificados.

Compreendemos ser necessário o desenvolvimento de uma investigação que procure conhecer os percursos e vivências das mulheres - mães em contexto de prostituição e como são as suas dinâmicas familiares, em especial, no que toca à maternidade.

Quivy e Campenhoudt (2018), explicam que: “a melhor forma de se iniciar uma investigação consiste na formulação de perguntas de partida, exprimindo com a maior clareza o que se procura investigar” (p. 6). Procuramos com este trabalho responder a duas questões orientadoras:

- (i) Como é que as mulheres-mães, participantes neste estudo, representam os seus percursos e vivências pessoais e familiares?
- (ii) Qual o modelo de intervenção social assumido na instituição onde estavam inseridas as mulheres entrevistadas?

Através destas questões, não se pretende obter respostas que possam ser suscetíveis de generalização. Antes, pretende-se contribuir para a discussão em torno dos significados atribuídos por mulheres-mães que se prostituem acerca dos seus percursos e vivências nesta dimensão: a maternidade. Considera-se, assim, que a investigação pode não só contribuir para o enriquecimento de estudos qualitativos sobre a prostituição, mas também dar visibilidade a uma maternidade muitas vezes desconhecida e socialmente *ajuizada*.

4.1.1 Objetivos Gerais e Específicos

Com esta investigação, e de forma a responder às questões orientadoras, definimos dois objetivos gerais: (i) Identificar e analisar o que as mulheres-mães dizem sobre os percursos e vivências na prostituição. (ii) Conhecer o modelo de intervenção social adotado na instituição.

No primeiro objetivo procura-se:

- (i) Identificar os motivos de entrada e/ou permanência na prostituição?
- (ii) Analisar como descrevem as suas dinâmicas familiares, em especial, com os/as seus/suas filhos/as.
- (iii) Identificar as representações que estas mulheres têm sobre si.

No segundo objetivo, procura-se:

- (i) Caracterizar as concepções de maternidade, familiarizadas em documentos nacionais e internacionais sobre a prostituição feminina.
- (ii) Entender qual o lugar das crianças nos modelos de intervenção com prostituição?

4.2 Opção metodológica e ética adotada na investigação

Como Borges (2007) sustenta, o sentimento de pertença a uma sociedade e aos seus diferentes grupos, supõe que cada pessoa recorra a uma pluralidade de imagens para representar o mundo que a rodeia e para produzir imagens sobre outro/a (s) e de si. Este processo, na sua universalidade, não corresponde nem a uma uniformidade coletiva nem a um simplismo redutor. Antes evidencia uma complexa construção pessoal de representações a partir de uma diversidade de objetos. E esta complexidade está já presente no jogo de imagens que se cruzam nas interações entre cada um/a e o/a(s) outro/a(s). As imagens que as pessoas em nosso redor têm de nós, a imagem que nós próprios temos de nós relevam das representações que cada um vai construindo ao longo da vida. E por isso, sentindo necessidade de aprofundar as narrativas que as mulheres

desenvolvem sobre os seus percursos, a sua família, os seus filhos e sobre si próprias, inseridas na prostituição, decidimos optar por uma investigação qualitativa.

Para Vidich e Lyman (1989), a pesquisa qualitativa na Sociologia e na Antropologia, nasce numa preocupação em entender *o Outro*. Outro que descrevem como “exótico, pessoa primitiva, não branca, proveniente de uma cultura estrangeira considerada menos civilizada do que a cultura do pesquisador”. (Vidich & Lyman, 1989; citado por Denzin & Lincoln, 1994, 2020). Esta pesquisa pretende dar visibilidade ao mundo das mulheres–mães em contexto de prostituição a partir das suas narrativas envolvendo, assim, uma abordagem naturalista, interpretativa.

O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa que aqui tratamos, não se baseia na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; consiste sim na análise aprofundada dos discursos das mulheres inseridas na prostituição.

4.2.1 Antes da COVID-19: Histórias de vida

As histórias de vida são relatos de práticas sociais, das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo no qual está inserido. Teresa Sarmiento (2002) defende que as histórias de vida são:

um capital vital, utensílio de conhecimento para o investigador, permitem o acesso à compreensão da complexidade de enredos entre tempos e espaços configuradores de identidades singulares, construídas nas múltiplas interações entre o passado, o presente e o futuro, o herdado e o projetado, as continuidades e as ruturas, as ligações e os confrontos do sujeito com os atores que povoam os contextos em que se move. (p. 258)

O método biográfico-histórias de vida possibilita o estudo sobre a vida das pessoas, penetrar na sua trajetória histórica e compreender a dinâmica das relações que estabelece ao longo da sua existência. Em 1995, Ribeiro sugeria que as histórias de vida consistem num “procedimento de pesquisa e análise sociológicas” que pretende a identificação dos significados, identificações e à “elucidação dos referentes, isto é, das relações, das regras, dos processos que estruturam e subjazem à vida social” (p.125). A/o entrevistada/o enquanto conta a história não só se recorda dela, mas ainda a (re)descobre

e (re)faz. Envolvem “uma reinterpretação das ocorrências passadas, da sua sequência e da sua relevância a partir do ponto de vista atual e das visões de futuro do/a narrador/a.” (Brandão, 2020, citado por Atkinson, 2002; Bertaux, 1997; Dwivedi & Gardner, 2000; van der Maren, 2010).

Partilhamos a mesma opinião de Brandão (2020), quando nos diz que a “relevância da história de vida é, pois, dupla: social e política, por um lado, e sociológica, por outro.” (p.33)

Contar a nossa própria história é o que nos difere dos/das demais e que diligencia as nossas características individuais, tornando-se, assim, forma de (re)afirmar a nossa entidade. Assim, a própria entrevista de história de vida pode constituir-se como um momento de “síntese do Ego” (Erikson, 1980), um “processo de totalização” (Tap, 1981, 1996) através do qual readquirimos o sentimento de continuidade e permanência através da reelaboração da história que sustenta a nossa identidade. (Brandão, 2020, p.35)

Esta prática metodológica permite centralizar o processo da entrevista em quem narra a história e no que acredita que seja importante relativamente à sua vida, tirando assim o/a pesquisador/a do seu papel central e habitual de “dono do saber”. Interessa então o ponto de vista do sujeito e como este relata e interpreta a sua vida. (Glat, 1989, citado por Santos, & Spindola, 2003). Apesar de ser um relato de experiências individuais e subjetivas, representa uma experiência comum associada a uma determinada prática social ou a um coletivo de pessoas (cf. Hoerning & Alheit, 1995). Tendo isto em conta, e considerando os objetivos desta dissertação, pareceu importante revelar de que forma as mulheres-mães apresentam os seus discursos e narrativas, quando são questionadas sobre temática que à partida, lhes é familiar: maternidade, dinâmicas familiares e representação identitária na prostituição, procurando em simultâneo obedecer a determinados requisitos metodológicos, respondendo a uma análise categorial.

Josso (s.d) defende que: “É muito importante que, num primeiro tempo, as “histórias de vida” permitam às pessoas fazer um balanço retrospectivo das suas vidas: olhar para todo o caminho percorrido”.²²

É indispensável definir os limites temporais em que a investigação se debruça. Assume-se, nas entrevistas direcionadas às mulheres, um período específico- *topical*

²² Seguro, R. (s.d). As histórias de vida abrem novas potencialidades às pessoas. *O direito de aprender*. http://direito.webview.pt/revista02_01.htm

stories (Plummer (2001, Nilsen, 2008: 83, citado por Amado & Ferreira, 2011) - neste caso o percurso da vida das mulheres ao entrarem em contexto de prostituição. Não obstante, durante a entrevista as mulheres falam, genericamente, sobre determinados momentos pré entrada na prostituição, especificamente, sobre a sua infância explorando a relação com a sua família.

Como nos sustentam Amado e Ferreira (2014) há que ter, ainda, em consideração quantos sujeitos participarão na investigação: definiu-se que o grupo de trabalho (cf. 4.3.1) seria reduzido a 5 mulheres, para podermos dedicar mais atenção e aumentar a proximidade às histórias contadas. Considerou-se importante para o estudo que as mulheres reunissem determinadas características, e deste modo definiram-se dois critérios de seleção: (i) Mães, com um/a ou mais filhos/as; (ii) Que se encontrem ou tenha já estado em contexto de prostituição.

No entanto, chegou a COVID-19 e as histórias de vida tiveram que ser suspensas, o que implicou uma redefinição do processo de recolha de dados, como apresentado de seguida.

4.2.2 O processo de recolha de dados: entrevistas com cinco mulheres e uma educadora social

Durante o processo de investigação é importante considerar uma constante reflexividade ético-metodológica e flexibilidade face ao contexto onde se realiza a investigação. Um dos acontecimentos que mais marcou a presente investigação foi a COVID-19, que implicou, como foi referido anteriormente, uma redefinição metodológica, especificamente quanto às escolhas metodológicas relativas à recolha e análise dos dados feitas ao longo do processo, ao seu alcance e limitações.

4.2.2.1 Reconfiguração da investigação e recurso à entrevista semidiretiva

O início do processo de recolha de dados estava programado para os primeiros meses de 2020, ano em que a situação pandémica veio alterar as nossas vivências. Esta investigação procurava conduzir entrevistas biográficas às mulheres de forma presencial

e realizá-las mais do que uma vez. Com a necessidade de alterar este processo, optámos por implementar entrevistas semidiretivas às mulheres participantes. (cf. 4.4 Constrangimentos e limitações: cenário pandémico)

Não obstante, nos estudos biográficos, enquanto estratégia, podem ser utilizadas outras técnicas, como as entrevistas de profundidade, semidiretivas ou não diretivas (Amado & Ferreira, 2014).

Os dados desta investigação foram, então, recolhidos através de entrevistas semidiretivas. Poirier et al. (1999) afirmam que “na história de vida, pede-se a um indivíduo que se conte, que descreva a sua história pessoal (...) É a técnica da entrevista semidiretiva que serve de base à recolha deste tipo de informação.” (p.49)

Recorremos a guiões de entrevista (cf. Anexo A e C) utilizados como suporte para que as questões geradoras fossem abordadas propriamente e em caso de dispersão pelas entrevistadas, ter uma referência onde retornar. A opção por uma entrevista semidiretiva surgiu como a mais adequada, no sentido de dar liberdade à investigadora, e consequentemente às entrevistadas, de abordar determinados aspetos não previstos na estruturação do trabalho desenvolvido. Desta forma, tanto as mulheres entrevistadas como a Educadora Social poderiam fluir livremente os seus discursos.

Neste trabalho, as entrevistas foram realizadas pela própria investigadora, na presença da educadora social da instituição, figura fulcral para a realização destas entrevistas (cf. 4.4 Constrangimentos e limitações: cenário pandémico, p.61). As entrevistas foram realizadas entre o dia 24 e 25 de junho de 2020, gravas e seguidamente transcritas.

4.2.3 Processo de análise de dados

Como defende Amado (2014) a análise dos dados recolhidos é uma dimensão central na investigação. Neste estudo, para a análise dos dados optou-se pela análise de conteúdo.

Amado e Ferreira (2014), esclarecem que “análise das narrativas poderá encaminhar-se para perspetivas que salientem (...) categorias temáticas (temas e categorias de uma análise de conteúdo)” (p.177). A análise de conteúdo é considerada um conjunto de técnicas que tem por objetivo analisar as comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das narrativas,

indicadores que permitam a conclusão de conhecimentos relativos às condições de produção desta mensagem (cf. Bardin, 2011). É um dos processos que permite analisar e interpretar os significados os sentidos presentes nos conteúdos dos dados recolhidos, nomeadamente das entrevistas semidiretivas. A análise de conteúdo permite “apreender e aprender algo a partir do que os sujeitos da investigação lhe confiam, nas suas próprias palavras” (Amado, 2014, p. 348).

Para Bardin (2011), o termo análise de conteúdo designa “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p.47).

A categorização (cf. Tabela 1 e Tabela 2) permite reunir maior número de informação à custa de uma esquematização, conforme indica Coutinho (2013, p. 221). A autora considera que este processo pode empregar duas etapas: por um lado é fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados (categorias pré-definidas), por outro lado o sistema de categorias não é definido, antes resulta da classificação analógica e progressiva dos elementos (categorias emergentes). No caso desta investigação, constata-se as duas situações: houve uma categorização pré-definida e surgiram, posteriormente, categorias emergentes, consoante os discursos produzidos.

Na última fase, analisa-se o sistema de categorias, interpretando-os (cf. Capítulo V e VI) que, juntamente com a indução e as ferramentas conceituais em que a pesquisa se enquadra, visam tornar os dados significativos. As fases descritas são consideradas como possibilidades de interpretação e reflexão sobre os dados obtidos por parte da investigadora. Contudo, requer do mesmo posicionar-se sobre o tipo de análise que deseja adotar. Procuramos, por isso, corresponder a determinadas categorias (C) e subcategorias (SC), as frases e palavras-chave existentes ao longo da entrevista, conseguindo, deste modo, verificar a presença ou ausência de resposta às mesmas.

Tendo isto em conta, sistematizaram-se as seguintes (sub) categorias:

Categoria (C)	Subcategoria (SC)		Objetivos
Percurso e vivências no contexto de prostituição (C)	(SCA) Motivos de entrada e/ou permanência		Conhecer os motivos de entrada e/ou permanência na prostituição
	SCB) Percepções relativamente à prostituição		Identificar as concepções que as mulheres têm acerca do contexto onde estão/estiveram inseridas
	(SCC) Discursos sobre dinâmicas relacionais:	Familiares (SCC1) Íntimas/amorosas (SCC2)	Perceber como se caracterizam as dinâmicas de proximidade destas mulheres.
	(SCD) Discursos sobre maternidade (relação mãe/ filho/a (s))		Conhecer as narrativas sobre maternidade que a mulher em contexto de prostituição tem e o valor que atribuem aos/as filhos/as.
	(SCE) Narrativas identitárias: influência da prostituição na autoimagem.		Entender como a prostituição pode ou não influenciar a imagem da mulher sobre si mesma.

Tabela 1: *Categorias e subcategorias da análise de conteúdo às entrevistas às mulheres – quadro síntese*

A entrevista à Educadora Social previa determinadas questões pensadas, somente, em função das dimensões de análise da intervenção social neste contexto. Foram, então, definidas as seguintes (sub) categorias:

Tabela 2: *Categorias e subcategorias de análise da entrevista à Educadora Social – quadro*

Categoria (C)	Sub categoria (SC)		Objetivos
Educação/ Psicologia Comunitária (CA)	Estudos/investigação (SCA)	Diagnóstico: Traumas e situações de violência (SCA1)	Conhecer dados relacionados com investigação sobre a prostituição.
		Aprendizagem dos comportamentos violentos na relação com os/as filhos/as (SCA2)	
Modelo de Intervenção adotado na Equipa (CB)	Intervenção e Acompanhamento (SCB)	Familiar (SCB1)	Conhecer que tipo de intervenção a equipa assume relativamente à família em contexto de prostituição.
		Infantojuvenil (SCB1)	Conhecer que tipo de intervenção infantojuvenil é desenvolvido na instituição.
Pedagogia (CC)	(SCC1)		Entender que modelo pedagógico e religioso a instituição assume e se influencia o trabalho interventivo.
	Influência religiosa (SCC2)		

síntese

4.2.4 A ética na investigação com mulheres em contexto de prostituição

Sendo o/a Educador/a Social, o/a “profissional da relação, trabalhando em territórios de contacto e proximidade, ajudando a esboçar uma proximidade humana, feita de laços humanos e comunitários” (Azevedo & Correia, 2013, p. 9), as questões éticas e deontológicas na prática das suas funções e na relação que estabelece com quem participa nas suas investigações é intrínseco e evidente. Qualquer processo de investigação pressupõe um código deontológico que orienta o trabalho do/a Educador/a Social e para tal, em Portugal, a Associação Profissional “Conselho Nacional de Educação Social” elaborou para a profissão de Educador/a Social um Código Deontológico. Aprovado em 17 de novembro de 2001, este documento prevê os direitos e os deveres do/a praticante de Educação Social (Cardoso, s.d., p. 10).

Tendo em conta que o fenómeno da prostituição e sua análise/ interpretação são caracterizados por várias incongruências, controvérsias e pluralidades, é essencial manter uma posição ética e objetiva durante a realização e aplicação das entrevistas. (Day, 2007; Lazarus *et al.*, 2012; Levin e Peled, 2011; Ross *et al.*, 2012; Scambler, 2007; Weitzer, 2009). Requerem-se maturidade e uma análise pessoal cuidadosa, de forma a desafiar as relações de poder no conhecimento-prática, através da horizontalidade, da empatia e do não julgamento. (cf. Graça & Gonçalves, 2015).

É essencial a prática de uma conduta regida pela transparência, pela abertura à complexidade e pela *ética do cuidado*. A ética do cuidado é definida por Gilligan (1982; citado por Graça & Gonçalves, 2015) como a ligação consciente entre as pessoas, o reconhecimento de cooperação e responsabilidade de uns pelos outros e a resolução de problemas à base da comunicação.

Salientam-se, ainda, alguns princípios éticos a considerar em qualquer processo de investigação: a honestidade e integridade do/a investigador/a para com os dados da pesquisa, a partilha dos resultados, a creditação das fontes, a clarificação de conflitos de interesse a salvaguarda do anonimato e da confidencialidade, o respeito pela privacidade e liberdade de opinião, a obtenção de permissão para recolha e uso de dados com consentimento informado, garantido sempre a ausência de prejuízos ou custos associados aos/às participantes. (American Psychological Association, 2010, citado por Graça & Gonçalves, 2015).

Concordamos que a prática social está diretamente ligada à investigação e ambas requerem reflexão e ética. Assim e em jeito de conclusão, considera-se que o processo de investigação deve ser caracterizado por legitimidade, promovendo conhecimento útil e com potencial de transformação, “que incentive à criação de espaços democráticos e, sobretudo, que respeite as liberes, a dignidade e as diferenças.” (cf. Graça & Gonçalves, 2015).

4.3 Contexto da Investigação: Equipa de Intervenção Social

Para realizarmos estas entrevistas, recorreremos a um contacto institucional, de uma equipa de intervenção social que acompanha mulheres inseridas no contexto da prostituição, auxiliando a sua reinserção social e laboral. De seguida, será feita uma breve descrição da instituição e da intervenção que desenvolvem, não mencionando, porém, o seu nome, da equipa ou localidade, para manter o seu anonimato.

a) Missão e Valores

A equipa que acompanha as mulheres que foram entrevistadas para esta dissertação, é uma equipa de Intervenção Social, uma Valência de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Apontam como princípios orientadores do seu trabalho:

- (i) O acolhimento da pessoa que se prostitui, comprometendo-se ao processo de mudança, considerando a pessoa como protagonista da sua própria história, respeitando a sua individualidade e liberdade;
- (ii) Confidencialidade na criação de relações de proximidade;
- (iii) Defesa dos Direitos Humanos presentes na Declaração Universal;
- (iv) Critérios de gestão e intervenção técnica de qualidade e rigor;
- (v) Promoção do empreendedorismo, possibilitando a inclusão pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- (vi) Desenvolvimento de estratégias e ações que contribuam para o *empowerment*, e que possibilitem a autonomia e o exercício pleno da cidadania.

No que toca à população alvo da intervenção desta equipa, resume-se em três universos: (i) a pessoas que se prostitui – especialmente mulher- independentemente do local onde se prostitui (casas, matas, pensões, bares de alterne, etc.) (ii) Companheiros/as

e filhos/as das pessoas que se prostituem e outros elementos de agregado familiar; (iii) mulheres em situação de vulnerabilidade ou exclusão social.

b) Equipa técnica

A equipa tem natureza transdisciplinar, constituída por uma educadora social (com funções de direção técnica), uma psicóloga, uma assistente social, uma advogada e uma supervisora clínica. Têm formação nas áreas sociais e humanas, e especializada na luta contra a exploração sexual, com diferentes perspetivas sobre as problemáticas, abordagens e tipos de intervenção complementares.

c) Intervenção Social e Comunitária

O trabalho promovido por esta equipa de profissionais procura melhorar a qualidade de vida das pessoas em contexto de prostituição, nomeadamente mulheres e seus agregados familiares, implementando um novo projeto de vida e apoiando na construção e gestão do mesmo, através do atendimento, acompanhamento, encaminhamento e orientação nas áreas: social, psicológica, judicial, saúde e profissional. É operacionalizado um acompanhamento às pessoas através da elaboração conjunta de Planos de Acompanhamento (PA) e da definição de Níveis de Acompanhamento. O objetivo é propor um processo individual com um acompanhamento mais estruturado, efetivo e sistematizado, com objetivos definidos de acordo com as suas necessidades. São desenvolvidos diferentes serviços:

1) Aproximação ao meio

Esta aproximação é feita através do envio de SMS de forma a apresentar os serviços a contactos retirados em anúncios nos jornais e sítios da internet; Giros: deslocação ao local onde a pessoa exerce a prostituição, abordando as pessoas que se prostituem, proxenetas e gerentes de estabelecimentos; Atendimento social e de saúde; Sessões de informação/formação; Encaminhamento para o gabinete.

2) Atendimento social

São desenvolvidos atendimentos nas áreas:

- (i) Sociais: acompanhamento a filhos, visitas de apoio domiciliário, articulação e encaminhamento para outras estruturas, diligências e

acompanhamento em questões relacionadas com documentação, habitação, etc., incentivo de aprendizagem da língua portuguesa a estrangeiros, encaminhamento para escolaridade básica, apoio na procura ativa de formação profissional e emprego, articulação com Gabinetes de Inserção Profissional, orientação e inserção laboral, apoios (nomeadamente Banco Alimentar contra a Fome);

- (ii) Âmbito psicológico é realizado um acompanhamento regular e intervenção em situações de crise;
- (iii) Âmbito jurídico é feito aconselhamento e encaminhamento jurídico, sinalização e encaminhamento de possíveis situações de tráfico humano;
- (iv) A nível de saúde são distribuídos materiais de informação e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, sessões de (in)formação, encaminhamentos para o serviço nacional de saúde, testes de rastreio de VIH/SIDA, etc.

3) Integração Laboral: através de uma estrutura que promove a integração laboral, formação profissional e em contexto de trabalho e orientação para o mercado laboral e atividades de grupo. Em articulação com centros de formação profissional, promove o aumento de escolaridade e de profissionalização, sendo que no ano de 2019 frequentaram cursos de formação socio-laboral 4 pessoas.

4) Inclusão Social: São desenvolvidas atividades de natureza cultural com todo o grupo de mulheres e profissionais e, muitas vezes, aberto à comunidade.

5) Investigação e sensibilização: A equipa de trabalho participa e desenvolve investigações-ação; ações de sensibilização atinentes às temáticas de violência de género, exploração sexual e direitos humanos; distribuição de materiais informativos; participação em *workshops* e conferências.

d) Caraterização da população

No que diz respeito à caraterização da população acompanhada pela equipa, em 2019, foram contactadas pessoalmente 341 pessoas em contexto de prostituição, das quais

309 do sexo feminino e 32 do sexo masculino²³. Houve um ligeiro decréscimo do número de pessoas seguidas comparativamente ao ano de 2018.

Continuam a prevalecer, no que toca à nacionalidade, pessoas oriundas da América do Sul, mais concretamente de nacionalidade brasileira (195), seguida da nacionalidade portuguesa (109); de seguida e com valor representativo aparecem as pessoas da Europa de Leste, que são predominantemente de nacionalidade romena (22), representando 70 % da população que esta equipa acompanha. Apresentam um baixo nível de escolaridade e por vezes encontram-se em situação irregular no país, acrescentando a dificuldade em encontrar trabalho. Encontram, muitas vezes, trabalhos pontuais que se refletem em situações de exploração, sem contrato e com rendimentos que dificultam a subsistência da pessoa em Portugal. As pessoas que imigram procuram novas oportunidades de vida e laborais em países como Portugal, para poderem sustentar a família que fica no país de origem, habitualmente seus pais e os/as filhos/as menores que ficam ao cuidado dos/as avôs/ós).

A população portuguesa, ainda que possua nacionalidade, apresenta outras problemáticas, como: idade mais avançada, níveis de escolaridade e de profissionalização muito baixos.

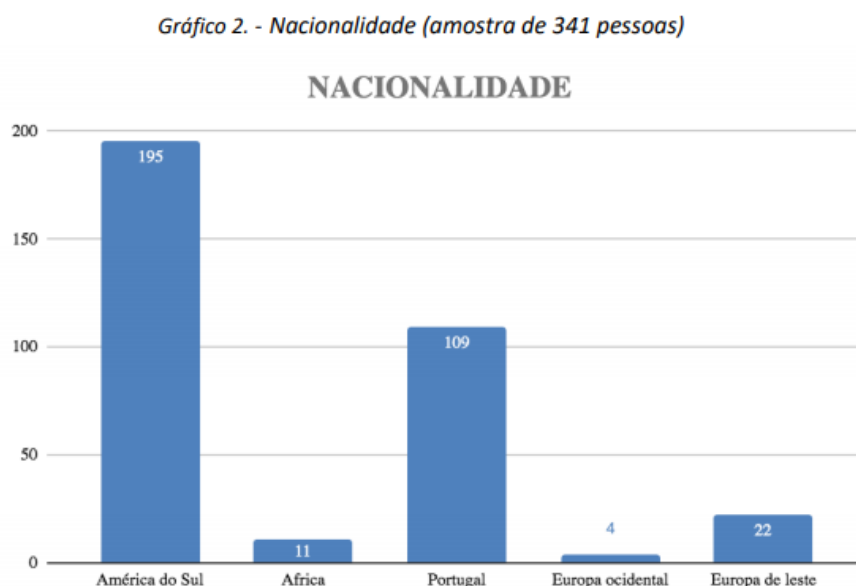


Figura 1: Caracterização da população inserida na instituição, no ano de 2019. Nota. Retirado do sítio da equipa.

²³ Referir que 25 das 32 pessoas do sexo masculino, são trans – não se identificando, por isso, com o sexo masculino que lhes foi atribuído à nascença. Em 2019, foi iniciado um processo de reatribuição sexual.

4.3.1 Caraterização das mulheres-mães

Todas as mulheres consentiram a participação nesta investigação, bem como a utilização da informação facultada para fins desta investigação. Os consentimentos (Anexo E- Modelo de Termo de Consentimento), foram assinados em visitas presenciais das mulheres à instituição e posteriormente digitalizados e enviados via e-mail. Os nomes das mulheres são fictícios e nenhuma informação revela a identidade ou local de residência são mencionados, de forma a preservar e respeitar a integridade das mesmas.

As cinco mulheres têm idades compreendidas entre os 27 e os 45 anos. Exceto uma mulher de nacionalidade brasileira e outra com dupla nacionalidade (portuguesa e espanhola), as restantes são de nacionalidade portuguesa. Todas as mulheres têm pelo menos um filho/a. Das cinco mulheres entrevistadas, duas delas continuam em contexto de prostituição, as restantes três já saíram, mas continuam a ter acompanhamento institucional. De momento, todas vivem em Portugal (Tabela 3).

Nome	Idade	Nacionalidade	Escolaridade	Filhos/as	Em contexto de prostituição?
Francisca	40	Portuguesa/ espanhola	9.º ano	1 filho	
Júlia	27	Portuguesa	9.º ano	1 filha; grávida de 6 meses	
Maria	35	Portuguesa	9.º ano	3 filhos/as	
Marta	38	Portuguesa	6.º ano	1 filho	x
Paula	45	Brasileira	9.º ano	3 filhos/as	x

Tabela 3: Caraterização sociográfica das mulheres participantes na investigação.

4.4 Constrangimentos e limitações: cenário pandémico

O primeiro passo a ter antes de qualquer estudo ou intervenção social passa por definir um problema ou necessidade existente, preferencialmente, contemporânea e que

seja pertinente de estudar. Desta forma, e tendo em conta que os estudos relacionados com as mulheres em contexto de prostituição foram sempre de grande interesse pessoal durante o percurso académico/profissional, decide-se então desenvolver uma investigação qualitativa que desse um espaço seguro para a partilha das histórias destas mulheres.

A equipa que nos abriu a porta aceitou e consentiu que as entrevistas fossem ali realizadas durante uma reunião presencial em setembro de 2019. Foram ainda delineados os primeiros pormenores essenciais deste processo: consentimentos, datas previstas e características do grupo que pretendíamos entrevistar para esta investigação.

Como falado anteriormente, no início desta investigação tínhamos planeado desenvolver as histórias de vida em março de 2020. Tendo em conta a situação pandémica, passam a ser entrevistas semidiretivas e adiadas até junho do mesmo ano. Alguns constrangimentos surgem com esta situação, uma vez que a realização presencial das entrevistas, deixa de ser possível, deixando como alternativa a entrevista via telefone. Dado à falta de proximidade com as mulheres, à impossibilidade de nos encontrarmos mais do que uma vez e a explorar os seus percursos de uma forma aprofundada e íntima como pretendíamos, estas entrevistas acontecem, então, num momento único e a distância.

O facto de as chamadas terem sido efetuadas pelo telefone influenciou não só a relação que se desejava de proximidade com as entrevistadas, mas ainda a informação e conhecimento que foram partilhados que apesar de responderem às questões feitas, não foram aprofundadas da maneira esperada.

Desta forma, assumimos dada ao facto de as entrevistas terem sido via telefone, com uma duração entre 1 hora a 1h30 minutos, sem proximidade física da pessoa ou observação de reações e expressões, existe efetivamente uma lacuna no que toca à intimidade da conversa o que resulta na brevidade dos discursos, ocultando narrativas potencialmente enriquecedoras deste trabalho. Sente-se, por isso, que seria necessário voltar a conversar com estas mulheres e entender em primeira mão e com o tempo necessário, alguns detalhes mais íntimos das relações que constroem, uma vez que a pessoa entrevistada acaba por escolher o que quer partilhar, e por isso “torna-se importante criar um ambiente propício à sua emergência, conquistando a confiança dos entrevistados” (Pais, 2001 citado Amado & Ferreira, 2014, p.177).

Analisamos estas narrativas através da Categoria e das Subcategorias delineadas. (Tabela 1: *Quadro de Categorias e Subcategorias de Análise das Entrevistas às Mulheres*). A partir do discurso de cada mulher-mãe foram identificadas outras categorias emergentes, assinaladas de agora em diante com letras: (a, b, c, etc.).

Alguns aspetos da entrevista à Educadora Social (cf. Anexo D) são analisados simultaneamente, uma vez que complementa e fundamenta alguns dos discursos das mulheres, enriquecendo assim a análise conjunta das entrevistas. Porém, é explorada na íntegra depois da análise das mulheres.

É importante esclarecer que Maria, Júlia e Francisca já saíram do contexto de prostituição e Marta e Paula continuam a prostituir-se. Estas questões serão abordadas posteriormente em mais detalhe. Salienta-se ainda que, dada a profundidade da conversa, alguns pormenores foram partilhados pela Educadora Social quando omitidos pelas mulheres.

A confiança destas mulheres para partilhar *estórias* e experiências tão íntimas veio da relação de confiança que já têm com a Educadora Social da instituição e não, diretamente, com a investigadora. Assumimos, por isso, que a relação de confiança que se espera num método de história de vida, não teve oportunidade para acontecer nesta investigação.

As informações partilhadas foram em alguns casos muito resumidas e diretas, ocultando detalhes essenciais à perceção da história de uma forma mais holística. Porém e entendendo que a partilha de informações deste carácter seja difícil, não sob valorizamos este aspeto nem pressionámos as mulheres a completar determinadas narrativas. Não foi possível, tendo em conta isto, delinear cronologicamente o percurso das mulheres de forma a organizar e até comparar os percursos, em termos temporais, entre as participantes. Não obstante, algumas informações e detalhes essenciais à perceção das histórias foram facultadas posteriormente pela Educadora Social.

Consideramos que as histórias de vida que se desejava para esta investigação sofreu várias limitações, sendo necessário reajustar a investigação variadas vezes. No entanto, consideramos que tendo em conta a problemática e este distanciamento físico e relacional entre investigadora- participante, causada pelo confinamento, as informações recolhidas durante as entrevistas refletem-se num *outcome* significativamente positivo.

**Capítulo V- Percursos com
voz: As Narrativas das
Mulheres**

| ' ' | | ' ' |

Este capítulo aborda a/as concepção/es e valores afirmados pelas mulheres em relação à complexidade das realidades vividas nas suas similitudes e nas suas diferenças (Fonseca, 2016; Piscitelli, 2016; Sousa, 2018) com especial enfoque às suas dinâmicas familiares e o lugar dos/as filhos/as nas suas vidas.

5.1. “O antes e o depois”

No que diz respeito à primeira subcategoria de análise, inserido na categoria principal de percursos e vivência na prostituição, foi pedido às mulheres que indicassem as razões da entrada e/ou permanência na prostituição. Habitualmente, as razões que levaram estas mulheres à prática da prostituição são múltiplas sobressaindo, no entanto, as socioeconómicas, porque se configura como uma atividade onde auferem dinheiro suficiente para satisfazer as necessidades existentes nas suas vidas, como alimentar a si e aos filhos (Oliveira, 2011). Apesar de em momentos posteriores durante a conversa, as mulheres partilharem com mais detalhes informações sobre este tópico, inicialmente denotou-se uma tentativa de resumir ao máximo as suas histórias. São três as razões que as levaram a entrar na prostituição – familiares, financeiras e tráfico – como podemos constatar nos seguintes excertos:

a. Divergências e maus-tratos familiares

Olha, então, o ano exato foi em 2008, princípios de 2008, na altura tinha-me separado com o pai do meu filho, ‘ahhh, a minha mãe pôs-me na rua e na altura acabei por descobrir que estava grávida. Não tinha o que comer, não tinha onde dormir, ninguém me ajudava na altura, eu estava na rua e acabei ‘ahhh por fazer esse tipo de vida...

A minha mãe não me quis dar abrigo e foi, entretanto, que descobri que estava grávida, passou uma semana estava a dormir na rua, sem comer, sem nada foi, entretanto, que entrei...

O que me fez levar a essa vida, foi os meus filhos, não foi droga, não foi álcool, não foi nada (Maria)

b. Questões Financeiras

*Olha, eu entrei na prostituição, já vai fazer 14,15 anos por motivos evidentes. **Ninguém em Portugal consegue viver com um ordenado mínimo nacional** com as despesas que neste momento, toda a gente tem. Depois tive o meu filho e **continuei sempre com um menor a cargo...** (Marta)*

Pronto, na altura tinha a [filha], que era recém-nascida, perdi o meu contrato de emprego. Na altura, a minha mãe também saiu de casa. Fiquei só eu e o meu irmão, ele na altura ainda estava a estudar. Pronto, foi a única coisa que me surgiu através de uma colega, eu nem sabia o que é que era. (Júlia)

c. Tráfico humano para fins sexuais

quando eu tive oportunidade para vir para cá, só quando eu vim, eu não tinha dinheiro, vim com o dinheiro de alguém que pagou a minha passagem. Só que quando eu cheguei aqui, já me colocaram num “puteiro”, sem eu saber. Eu sabia não o que eu ia fazer. Eu saí do meu casamento de 10 anos e cai dentro de um “puteiro” aqui. E fui chulada durante 1 ano, fui vendida. (Paula)

Uma das cinco mulheres, a Paula, tem um percurso divergente no que toca à sua entrada na prostituição, uma vez que foi vítima de tráfico de seres humanos na sua vinda do Brasil para Portugal. Como nos sugerem Santos et al. (2009) “assim, seja pela sua invisibilidade, seja pela sua demonização, as mulheres migrantes tornam-se particularmente vulneráveis a cair em redes de tráfico que as exploram e as violentam na sua dignidade.” (p.75). Situação que podemos constatar com o discurso de Paula.

A Educadora Social quando falou da Júlia informou que a colega que a levou para o contexto de prostituição era, na realidade, o seu ex-companheiro, pai da filha. Este era, tal como o seu pai, dos maiores proxenetas do país, também era traficante de droga. O mesmo se aplica a Francisca: apesar de não ter explorado a situação durante a conversa, foi também obrigada a prostituir-se pelo sogro e abusada sexualmente pelo mesmo, numa altura em que o seu então companheiro emigrou. Os sogros de Francisca possuem uma casa de prostituição onde a mesma era obrigada a prostituir-se.

5.2. “Prostituir-me”

Uma das prioridades da dissertação sempre foi visibilizar o lugar de falar das mulheres, priorizando as suas narrativas e discursos, de forma a haver uma aproximação (nunca um entendimento por falta de experiência/ lugar de fala) dos seus percursos e vivências, em vez de uma mera especulação. Assim, e maior parte das vezes sem questionar diretamente, todas elas partilharam as suas perceções relativamente à prática.

Os discursos assumiram especialmente duas dimensões de sentido contrário, como veremos de seguida.

a. Estigma e luta individual

*Quando eu estou naquela casa (de prostituição), eu sinto-me uma **pessoa minúscula e quando eu saio dali**, sinto-me uma pessoa grande, uma pessoa que tem que trabalhar, **cheia de força**, que tem que fazer a minha vida, lutar pela minha vida e pela do meu filho.* (Francisca)

*Se eu soubesse que vinha para cá e ia fazer isso, **eu não gosto, eu não gosto disso.*** (Paula)

*Epá, eu vou ser sincera, cheguei ao ponto de **ter nojo de mim própria**, essa vida não foi a melhor e eu sei que o problema que eu tive e que me fez levar a esse sistema, a essa vida, mmm.* (Maria)

*Depois ao início quiseram dar formação para massagem, só que depois era mais do que isso, eu não fazia porque **não me sentia à vontade.*** (Júlia)

b. Atividade legalizada

*Prostituição não devia ser um crime, devia **ser legalizado**, porque é um trabalho como outro qualquer.* (Marta)

Torna-se pertinente acrescentar que Paula sublinha que não o gosta de fazer, mas que o faz esporadicamente quando tem mais dificuldades financeiras:

Eu sempre quis mudar de vida, mulher, até hoje eu vim fazer 6 euros à hora, passei o dia todo a limpar casa. Eu prefiro trabalhar. Eu juro, eu prefiro trabalhar, eu queria mais trabalho, mais serviço... Se eu soubesse que vinha para cá e ia fazer isso, eu não gosto, eu não gosto disso...É só isso, eu trabalho, mesmo ganhando pouco, eu prefiro.

5.3. “Boas e más relações”

O mundo social da mulher que se prostitui não se limita a essa prática, uma vez que estas são muitas vezes esposas, mães, filhas, ou seja, têm um universo familiar (Oliveira, 2011). Procurou-se, por isso, explorar como as dinâmicas familiares destas mulheres: dinâmicas de comunicação, proximidade, relações com pai e mãe, são representadas, num discurso centralizado nos percursos e vivências destas mulheres na prostituição.

Grande parte das mulheres inseridas em prostituição associa a infância a um período negativo, uma vez que as fazem lembrar as violências existentes no seio familiar, dos maus-tratos e abusos sofridos nesta época (Oliveira, 2011; Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro, & Sacramento, 2007). Foram identificadas dinâmicas familiares heterogéneas na análise das entrevistas realizadas: Francisca, Maria e Júlia referem uma relação inexistente ou conflitual com as suas mães/pais; Marta e Paula caracterizam-nas como boa.

a. Inexistente ou conflitual

Olhe, os meus pais, é assim, eu não conheço o meu pai, os meus pais foram separados já alguns anos, a minha mãe nunca teve uma relação com a minha mãe de mãe e filha, a minha mãe não me criou, fui criada com uma avó até aos oito anos.

Ela [mãe] nunca me tinha dado um beijo. Pronto, mãe e filha está a ser agora aos quarenta anos. (Francisca)

Eu nunca fui criada pela minha mãe, pronto, mmm, fui criada numa instituição dos 5 aos 12 anos, entretanto fui para casa de uma avó minha que arranjou uma casa em [local], para eu ir para lá e essas coisas todas, só que eu não me adaptei à escola. Não me adaptei ao ambiente e voltei a ir para uma instituição. (Maria)

“era muito instável. Ela [mãe] saiu de casa e deixou-me sozinha com o meu irmão e a bebé. Chocávamos muito, muitos conflitos, ela saiu de casa sem sequer querer saber se eu e o meu irmão tínhamos condições para aguentar sozinhos. Pronto, uma relação complicada. Damo-nos bem, mas chocamos muito.” (Júlia)

b. Boa relação

Sim, ainda agora estava a falar com o meu pai ao telefone. Estou a 150 km dele, mas falamos regularmente sim. Com os meus irmãos, primas, tias. Toda a gente sabe o que eu faço e ninguém me critica. (Marta)

Os meus netinhos também, todos os dias falo com eles. (...) A minha mãe é maravilhosa. É uma rainha, é tudo. (Paula)

5.4. “Os afetos”

Na entrevista feita com a Educadora Social, é referido o fato de os ex-companheiros terem ou continuarem a ter comportamentos de criminalidade: “as mulheres que se prostituem, os ex-companheiros ou estão presos ou já estiveram, e os filhos igual. E aí, tanto é lenocínio, tráfico, roubo.” Procuramos, então, perceber como são partilhadas e representadas estas relações de intimidade por parte das mulheres. Se para Francisca e Paula as relações foram abusivas e violentas no passado, a de Francisca, atualmente, pauta-se por um relação estável e boa.

a. Abusivas e violentas (passado)

Porque eu tive uma relação muito, muito desgastante, que pus em tribunal, pus tudo, abusos mentais, físicos e pronto. (Francisca)

Não, não. Eu tive uma pessoa dez anos na minha vida, que eu pensava que gostava de mim, me “chulou”, pegou meu dinheiro, me botava para me prostituir de novo, e eu achava que aquilo era normal. (Paula)

Às duas mulheres que continuam em contexto de prostituição e não mencionaram nenhuma relação atual, foi questionado se tinham algum parceiro de momento, ao qual ambas respondem que não estão e não têm qualquer intenção de se juntar com outra pessoa:

b. Respeito mútuo (atualmente)

Algumas mulheres falam ao longo da conversa das situações com os parceiros amorosos atuais, muitas delas numa forma de comparação com as relações abusivas anteriores. As três mulheres que já saíram do contexto referem estar em novas relações amorosas em que algumas delas já têm filhos com o novo companheiro.

*A minha relação com o meu parceiro não é a cem por cento, não é a cem por cento, porquê? Porque eu estou com ele aos fins de semana e ele é a aquelas pessoas do século XIX, pronto, tem de ser as coisas assim e assim. (...) Tanto que ele me deu um anel daqueles de casamento, **significa respeito**. Eu disse-lhe “é um pedido de casamento?” e ele disse: não, é um pedido de respeito. Pronto, é o século dele, ele tem 53 anos. (...). Mas sim é uma relação diferente, porque eu tive uma relação muito, muito desgastante (...) (Francisca)*

*É completamente o oposto, (da antiga relação abusiva) damo-nos muito bem, não há conflitos, discussões, **entendemo-nos bem. Há muita mais estabilidade** a nível de tudo.*
(Júlia)

Relativamente a “Maria” apesar de não ter partilhado nenhuma informação fomos informado posteriormente pela Educadora Social que está numa relação estável. Consta-te que conseguiram construir novas relações, somente aquelas que saíram do contexto de prostituição, as que continuam a prostituir-se afirmam que não tencionam envolver-se de novo.

A Educadora Social que acompanha estas mulheres explica-nos que é um padrão muito comum nos acompanhamentos que fazem, as mulheres que se prostituem não conseguem ter relações amorosas saudáveis e estáveis. No caso do nosso estudo, Paula e Marta continuam em contexto de prostituição.

*Já tinha dito, eu nunca mais quero um homem na minha vida. Justamente, por nojo, por certas coisas que agente nessa vida vê, né’? **Agente vê o que os homens são capazes,** agente vê. E você vai ficando descrente dos homens. *risos de ironia** (Paula)

*Não, nem quero. **Os homens são para dar dor de cabeça**... sou muito independente, e não me vejo depois de 12 anos com ninguém ou estar com alguém que mande em mim ou a impor-me limites do que eu posso fazer, com quem eu posso falar. ‘pá, vivo para mim e para o meu filho e não gosto dessas situações na minha vida. **Não dá para ter relações afetivas com ninguém neste momento.** As pessoas cobram muito umas das outras.*
(Marta)

É transversal a existência de relações violentas e abusivas na vida da maioria destas mulheres, seja por parte de antigos companheiros seja durante a infância, como nos explica a Educadora Social durante a sua entrevista:

***Quase todas foram vítimas ou na infância ou nas primeiras relações.** Quando eu digo vítimas, eu não estou a vitimizá-las, passaram por situações em que foram de facto, vítimas de violências que tiveram relações de violência, onde também podem ter sido elas perpetradoras de violência.*

A violência doméstica enquanto fenómeno social, presente na sociedade portuguesa, ainda que trespassado por muita opacidade (Duarte, 2015):

certo é que a visibilidade tem sido crescente. O elevado volume de participações registadas pelas Forças de Segurança indica que este é o quarto crime mais registado, tendo as denúncias aumentado 2,4% em 2013 [1]. As mesmas estatísticas evidenciam que 85% das vítimas são do sexo feminino, denotando a natureza genderizada desta violência. (s/p)

Diversos estudos (Alves *et al.*, 2019; Caridade, 2018; Machado, Matos, & Moreira, 2003) explicam a relação entre fatores atitudinais enraizados numa cultura sexista e desigualitária, e a escalada de condutas abusivas e violentas, uma vez que justificam e normalizam comportamentos por parte da pessoa agressora, responsabilizando a vítima. As evidências apontam inclusive para uma associação significativa entre ter-se crenças conservadoras de género e praticar-se e sofrer-se violência no contexto das relações juvenis (Neves *et al.*, 2019). Portanto, estas dinâmicas tóxicas revelam-se e propagam-se em três principais formas²⁴ (citado por Matos et al., 2006):

- Nas pessoas agressoras: justificando e legitimando a violência;
- Nas vítimas: não denunciando a violência; não identificar um comportamento violento como tal, normalizando-o;
- Na sociedade ao invisibilizar, normalizar e silenciar a violência.

5.5 “Ser mãe”

Um dos pontos fulcrais desta investigação é entender como é representada a maternidade por estas mães, tendo em conta o contexto delicado onde estão ou estiveram inseridas. Há uma narrativa comum a todas as mulheres na forma como falam dos/as filhos/as, expressando-as como as relações “mais próximas” ou de maior prioridade. Segundo (Sloss & Harper, 2004) a grande razão para que estas mulheres se prostituam é garantir o futuro dos seus filhos. A maternidade, segundo o estudo *Vidas na Raia*, é resultante das primeiras relações amorosas que se originam na adolescência (13-17) (Ribeiro, 2004; Ribeiro *et al.*, 2007, pp. 342-344).

Nas narrativas das mulheres, foram identificadas nos seus discursos seis diferentes dinâmicas sobre a maternidade, a saber:

²⁴ Tópico também explorado, posteriormente, pela educadora social.

a. Mãe- próxima

*Os dois filhos já estão casados, [estão no Brasil] que é uma filha com 21 anos, que tem duas filhas. E meu outro filho, também já 'tá casado e tem uma filha. A minha relação com eles é ótima, é muito boa. Os meus netinhos também, **todos os dias falo com eles.*** (Paula)

b. Superproteção

*É assim, eu estraguei o meu filho, **muito mãe galinha, quis-lhe dar tudo aquilo que eu não tive,** proteger de tudo aquilo de que não fui protegida, acho que já está a perceber o contexto.*

*Eu não protegia o “Pedro” como uma mãe, **eu protegia o “Pedro” como uma leoa,** ninguém lhe podia dar um grito mais alto, **ninguém lhe podia fazer nada,** que eu virava leoa. Eu acho que ainda hoje é assim, mas pronto. (Francisca)*

c. Amor instável

*Nós sempre fomos muito ligadas uma à outra, ela sempre foi muito mimada, pronto, muito ligada a mim e ainda é. Agora, **ultimamente,** é a fase dos 6 anos, resmungona, responde-me, **revolta-se contra mim,** dou-lhe um castigo ela não aceita, então eu costumo dizer-lhe que estamos as duas de relações cortadas um bocadinho. Mas pronto, mas eu acho que é normal.” (Júlia)*

d. Mãe – amiga

Olha, a nossa relação é muito boa. Mesmo. Acho que há poucas pessoas a ter uma relação tão boa com os filhos. **Ele é muito meu amigo, eu sou muito amiga dele e falamos de muitas coisas.** Uma mãe faz sacrifícios pelos seus filhos, é só mais um sacrificio que eu faço pelo meu filho. Porque, mmmm, é um sacrificio que a gente faz. (Marta)

e. Adoção

“Maria” não explorou muito a relação com os seus filhos, dado à complexa dinâmica que passou. Mencionou, porém, uma vez que era muito próxima do seu primeiro filho que durante o processo judicial com o pai lhe foi retirado:

continuei a ser vítima de violência doméstica, fiquei sem o menino, ahh ele pôs-me na rua...

***Acabei por dá-lo à adoção,** mmmm. Era muito pegada tanto ele a mim como eu a ele, **foi muito complicado.** Tinha 4 anos. (Maria)*

É importante referir que “Maria” deu para adoção a filha que teve enquanto estava em contexto de prostituição e era vítima de violência doméstica. A Educadora Social considera que foi um ato de amor:

*Sim, a “Maria” estava em contexto de prostituição, a ser explorada, numa relação de violência doméstica, ela quis proteger a filha. Por isso é que eu disse **que ela entregou a filha e não foi retirada, isso é importante.** Ela teve consciência que **a criança não tinha condições para estar a viver no relacionamento violento** que ela tinha, onde ainda por cima era obrigada a prostituir-se e por isso, foi para a salvar. Eu até acho que foi um gesto de generosidade e de amor.*

Foi, ainda, esclarecido pela Educadora Social que Maria tem uma filha com o seu novo companheiro.

*E por isso, ela é uma mulher que tem empatia e capacidade, tem esta filha com ela, o primeiro filho ficou com o pai, a segunda para a adoção, **a terceira é que está com ela e tem sido impecável.** Faz tudo o que pode pela filha. Não quer ser negligente e dá tudo, dá o que ela quer comer, o que ela quer vestir.*

f. Distante/conflituosa

Paula refere que a sua dinâmica com o filho mais novo que veio para Portugal com ela é mais complexa. O discurso de Paula insere-se, por isso, em diferentes *dinâmicas de maternidade*. Notou-se uma diferença na forma como se expressava sobre ele e sobre os outros dois filhos. Um dos motivos que aponta é o facto do filho mais novo ter descoberto que a mãe se prostituía (a filha e filho mais velhos que vivem no Brasil não sabem). As mulheres que se prostituem receiam que os/as filhos/as venham a saber da situação em que se encontram. Isso desperta-lhes sentimentos de angústia e perturba os seus pensamentos (Ribeiro,2004; Ribeiro et al., 2007; Sloss & Harper, 2004) Podemos constatar com a situação de Paula:

*É assim, eu trouxe um filho para cá, o meu filho eu trouxe ele com 17 anos. **Foi muito duro para mim, porque ele depois descobriu aquilo que eu fazia, e ele ficou muito triste, até hoje ele tem vergonha, não gosta de andar comigo, porque tem vergonha,** e Eu já não tenho Facebook por causa disso também, por causa dele, dos amigos dele. **É uma vida que não é normal, agente não leva uma vida normal.***

5. 6. “Reflexos”

Dado o peso sentimental das informações e da partilha de experiências, foi questionado se as mulheres pretendiam continuar ou se preferiam prosseguir a entrevista noutra altura, uma vez que iríamos prosseguir para uma narrativa mais íntima e pessoal: todas consentiram continuar a conversa. Como nos sugere Bertaux (1997, p. 61), “Este tipo de entrevista é emocionalmente desgastante”. É também exaustivo para quem está a fazer a entrevista pela necessidade de ter uma presença atenta e empática, “quer de se posicionar não apenas do ponto de vista do desempenho metodológico, mas também do ponto de vista ético face ao manifesto estado de sofrimento ou desorganização emocional de um/a entrevistado/a.” (Brandão, 2020, p. 38)

Partilhamos ainda da ideia desenvolvida em 1997 por Ghiglione e Matalon, quando nos explicam que o/a entrevistador/a ao realizar uma entrevista de investigação, não pode ceder à “tentação de agir como terapeuta ou conselheiro/a.” Denotamos, porém, que deve existir um equilíbrio entre o respeito rígido das regras metodológicas que garantem o controle da entrevista, mas que “não invalida a obrigação moral de contribuir para a estabilização do/a entrevistado/a.”

Assim, tendo o consentimento das mulheres para continuar, partimos para a análise das narrativas identitárias. Apesar da prática da prostituição não ser considerada um crime, as pessoas envolvidas estão sujeitas a “processos e mecanismos de exclusão social, preconceito e estigmatização, que comprometem seriamente o seu bem-estar” (Day, 2007; Lazarus *et al.*, 2012; Levin & Peled, 2011; Ross *et al.*, 2012; Scambler, 2007; Weitzer, 2009, cf. Graça & Gonçalves, 2015). Ao serem questionadas como se sentem consigo mesmas, os discursos pautaram-se, uma vez mais, pela heterogeneidade, tendo surgido quatro subcategorias:

a. Imagem espelho “eu- filho”

Como eu, eu gostava do meu filho, mas como é que eu gostava do meu filho se eu não gostava de mim? Não, é mentira. (Francisca)

b. Revolta

*De mim mesma? Olha eu vou-te falar uma coisa. **Eu não me olhava ao espelho e hoje me olhei, Sim. Eu hoje limpando a casa do senhor lá, tem espelho por todo o lado, não tem como não se olhar, né?** **Eu evito olhar a mim mesma ao espelho, eu evito. Não me enxergo a mim mesma, sabe?***

*eu estou quase há 20 anos aqui, só nisso. **Eu não consigo ser uma pessoa social, sentar numa mesa, dar aí um jantar.** (silêncio). **Uma pessoa vai-se sentido pequena, uma pessoa vai-se sentindo.** (Paula)*

Maria admite, também, que desenvolveu sentimentos negativos e de revolta consigo mesma:

*Acabei por **ganhar um pouco de nojo de mim.** Tanto que, não faço essa vida já há anos e ainda hoje sinto as vezes que tenho **raiva de mim, nojo, há certas conversas, certos motivos,** pronto, tanto que eu não conseguia, estive muito tempo sozinha e eu **não conseguia que um homem me tocasse.** (Maria)*

A exclusão social é a “fase extrema do processo de marginalização, entendido este com um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas do individuo com a sociedade” (Peraboa, 2007, citado por Cordeiro 2012, p. 54).

c. Progresso

*Eu acho **que estou muito melhor,** houve uma altura que era muito complicado, pronto, depois também tive a ajuda da psicóloga (...) (Júlia)*

***Estou a melhorar, sim,** trabalho, pronto não é descontentado porque eu para já agora não quero isso, mas sim, estou em casa de uma senhora a trabalhar, vou aos fins de semana a casa, juntei-me com um moço que não me trata mal, nem a mim nem ao meu filho. (Francisca)*

d. Defesa e indiferença

Marta foi das que menos partilhou e denotou-se uma necessidade de justificar constantemente porque o faz, de uma maneira muito defensiva. Este padrão de racionalização, como nos sustenta a Educadora Social, é usual nas mulheres acompanhadas na instituição que se continuam a prostituir: “é um método de defesa que as mulheres em contexto de prostituição utilizam, é uma forma de legitimar”. Quando questionada sobre como era a relação consigo própria a resposta de Marta foi muito rápida e defensiva, não respondendo efetivamente à pergunta que lhe foi feita:

*É assim, é como se costuma dizer, uma mãe faz sacrifícios pelos seus filhos, é só **mais um sacrificio que eu faço pelo meu filho.** Porque, mmmm, é um sacrificio que agente faz. **Eu não roubo e não mato ninguém, só lá vai quem quer.** (Silêncio) (Marta)*

Considera-se pertinente partilhar que este momento foi bastante íntimo e revelador, sentindo-se alguma sensibilidade e de certa forma um momento de pausa para

reflexão por parte das mulheres. A este momento chamamos *interrupção da durée*. Como nos sustenta Brandão (2020), a entrevista envolve uma quebra nas rotinas diárias do/a narrador/a, formando-se assim um momento de retrospeção interpretativa que torna visíveis as “alternativas genuínas”, mas que apenas tem lugar, como sublinha “quando os atos já foram conseguidos e (...) o tornar-se foi traduzido em existência”. (Schütz, 2001, citado por Brandão, 2020, p. 34)

É especialmente visível na verbalização consciente de um “corte” no tempo vivido, do *antes* e o *depois*, ou seja, expressões que denotem o “decorrente diretamente da questão colocada pelo/a entrevistador/a ou indiretamente da reflexão e do autoquestionamento que suscita da parte do/a entrevistado/a” (*idem*)

*Eu acho que estou muito melhor, **houve uma altura** que era muito complicado, pronto, depois também tive a ajuda da psicóloga. (Júlia)*

***Hoje em dia, agora**, sei lá, as coisas, sei lá, olha não sei, isso é uma pergunta que eu não sei responder, relativamente aos meus sentimentos, não sei. Não, não, é que eu não sei mesmo... Ainda hoje sinto muita confusão, acho que não, não. (silêncio) (Maria)*

*Eu passei muito, eu disse bem, **eu passei, não estou a passar**. Já lá está para trás, pelo rio abaixo. Agora sinto-me uma pessoa ótima, com autoestima... (Francisca)*

**Capítulo VI- Fundamentos e
Realidades: Entrevista à
Educadora Social**

| ' ' | | ' ' |

De forma a entender o modelo de intervenção social desenvolvida pela instituição onde estas mulheres estão a ser acompanhadas, realizamos uma entrevista à Educadora Social. A análise desta entrevista é também feita através de (sub) categorias.

6.1. Diagnóstico: Traumas e situações de violência

As mulheres que se prostituem desenvolvem muitas vezes distúrbios de dissociação. O estudo “Ideação Suicida em Prostitutas de Rua” (2011), de Teixeira²⁵, com uma amostra de 52 participantes mulheres entre os 18 e os 36 anos, realizado entre dezembro de 2009 e março de 2010 demonstraram que: 70% das participantes abandonaram a escola até aos 16 anos de idade e 60% possuía um nível de escolaridade igual ou inferior ao 2ºciclo; praticamente 90% da amostra era mãe; mais de metade da amostra (56%) já tinham sido diagnosticadas com patologias do foro mental

*Quase todas as mulheres que nós acompanhamos, isto está no nosso estudo da *****, que está a sair. Fizemos um estudo, com uma amostra de 60 pessoas e aplicámos um questionário, que é o ACE- Adverse Childhood Experiences (eventos adversos na infância), e 100 % da amostra teve eventos que só um, daria já motivo para ter um trauma de infância, um trauma psicológico. Na totalidade, tem pelo menos um (trauma), mas cerca de 60% tem mais do que cinco ACE. Esse questionário já está muito estudado que está correlacionado com dificuldades não só na identidade, mas nas escolhas, cuidados de saúde, relacionado com as escolhas obviamente, escolhas autodestrutivas, comportamentos de risco, etc, muito associada à promiscuidade, crime, violência e também à prostituição e o nosso estudo vem confirmar isso.*

²⁵ Disponível em: <https://tinyurl.com/u3mk2h79>

6.2. Aprendizagem dos comportamentos violentos na relação com os/as filhos/as

Denota-se um padrão comportamental associado a quem foi vítima de violência que se replica e/ou reproduz na forma como a vítima de violência cria posteriormente as suas relações interpessoais. Muitos pais e mães com comportamentos de maus tratos para com os seus filhos/as, sofrem abusos na infância, ocorrendo assim transmissão transgeracional do maltrato infantil (Kaufman & Zigler, 1987; Widom, 1989, citado por Revez, 2008). A Educadora Social refere que:

E o que acontece é, quando tu és vítima ou de negligência, que é uma forma de violência, ou mesmo violência física e sexual, etc. há várias possibilidades, mas tendencialmente, tu podes identificar-te com o agressor, ou com o oposto “eu nunca vou fazer isto aos outros”. Então esse modelo, nota-se muito nas nossas mulheres, nós temos mulheres que se identificam com o agressor e acabam por ser agressoras das próprias filhas e põem-nas na prostituição, ou dos próprios filhos também, são violentas ou negligentes e acabam por lhes retirar os filhos. E há outro conjunto de pessoas, que faz exatamente o contrário, que é: eu não quero fazer aquilo que me fizeram a mim e acabam por fazer exatamente o oposto. Estas que nós entrevistamos são mulheres que têm os filhos com elas, portanto que se identificam neste segundo grupo.

Denotou-se ao longo das entrevistas narrativas que comprovam a existência deste padrão na sua relação com os/as filhos/as. O facto de terem sido vítimas de vários tipos de violência durante a sua infância ou nas suas primeiras relações amorosas, faz com que na sua relação com os/as filhos/as não queiram ser negligentes ou faltar com alguma coisa, acabando assim por serem demasiado protetoras, como já mencionado anteriormente:

É assim, eu estraguei o meu filho, muito mãe galinha, quis-lhe dar tudo aquilo que eu não tive, proteger de tudo aquilo de que não fui protegida, acho que já está a perceber o contexto. (pausa, silêncio), foi uma relação de mãe e filha, sabe porquê? Porque o que o “Pedro” fazia na escola, a culpa nunca era do “Pedro”, a culpa era sempre dos outros, porque o meu filho era sempre protegido...

Sim, sentia necessidade de o proteger uma vez que eu não fui protegida, tanto que o estraguei. Eu estava com o meu filho, ultimamente, o meu filho não, não queria saber, pronto era uma relação, se calhar de (impercetível), o que o “Pedro” precisava era de regras, pronto. Eu não atinava que o “Pedro” precisava de regras, eu atinava que o “Pedro” tinha de ser protegido... (Francisca)

Responde-me, revolta-se contra mim, dou-lhe um castigo ela não aceita... (Júlia)

A educadora explica que:

*Por volta dos três anos, os miúdos passam por uma fase que é a de “**omnipotência infantil**” e é importantíssimo o não, é **estruturador da identidade deles**. Ou seja, não tem coragem de dizer que não, porque acham que isso é violência, porque ouviram muito outros “não”, tinham fome e diziam-lhes que não.*

*A situação acaba por ser **muito disruptiva**, as crianças acabam por ter muitas dificuldades educativas, desenvolvem comportamentos de oposição, de hiperatividade, de desafio. E são muitas vezes **negligenciadas**, muitos deles tornam-se obesos, etc.*

Como nos sustenta Grilo (2004), a ocorrência de maus-tratos na infância pode e na maior parte das vezes deixa, consequências que podem surgir a médio e a longo prazo. Poderá deixar sequelas físicas ou psíquicas permanentes. A longo prazo, tem muitas consequências, sendo de destacar, o atraso no crescimento e no desenvolvimento intelectual da criança, alterações moderadas ou severas do comportamento, insucesso escolar, perturbações da personalidade, comportamentos sociais de risco, aumento da delinquência e criminalidade e em última análise a transmissão intergeracional desse mesmo mau-trato, passando de vítima a agressor.

6.3. Modelo de Intervenção adotado na Equipa: Intervenção e Acompanhamento Familiar

A equipa assume uma visão sistémica da família, da sua estrutura e do seu desenvolvimento. Assim, entende que é essencial realizar uma intervenção familiar aos agregados que acompanha. No ano de 2019 foram desenvolvidas 20 utentes com intervenções familiares, Toda a intervenção é feita, sempre que necessário, em colaboração com entidades como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e a Equipa Multidisciplinar de Apoio Técnico aos Tribunais (EMAT). Outro vínculo de trabalho pretende promover a mudança de pensamento e de comportamentos social, para que ocorra a sensibilização em diversos aspetos de influência, incidido sobre os motivos estruturais propagadores de injustiças e desigualdades.

Portanto, as mães são aqui acompanhadas individualmente, a família é acompanhada ou pelo CAFAP [Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental] ou pela terapia familiar”

*Portanto articulamos sempre no sentido de **salvaguardar**, porque já sabemos que há esta tendência.*

*A intervenção aí é **sistémica, através da comunidade**. Não trata uma pessoa sozinha, para tratar de intervenção social de uma pessoa, tens de tratar todos os contextos onde ela está. Seja a família, seja o trabalho, seja a vizinhança, está tudo relacionado. Nós **trabalhamos sempre em rede**.*

Dados desta equipa, mostram que nas famílias portuguesas, existe uma grande percentagem de situações com problemáticas díspares, em que os/as filhos/as não estão no agregado por estarem ao abrigo de outros familiares ou instituições, ou por já serem maiores de idade.

Posto isto, estas mulheres encontram-se numa situação de extrema precariedade e vulnerabilidade, acabando por entrar na prostituição devido à situação económica. As famílias são, na sua maioria, monoparentais (solteira, divorciadas, separadas e viúvas), isto é, as mulheres que se prostituem têm os filhos a seu cargo e são as únicas a colmatar as necessidades existentes (Ribeiro, 2004; Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro, & Sacramento, 2007; Sloss & Harper, 2004).

Questionámos a Educadora que valores pedagógicos servem como pilares da intervenção que desenvolvem:

Pedagogia Micaeliana: A Santa Maria Micaela, foi a fundadora da Congregação e antes de fundar a congregação, fundou uma casa de apoio para saírem do contexto de prostituição, isto em Espanha no século XIX

*A teoria do **Carl Rogers, de “tornar-se pessoa”, a base humanista**, as pessoas à partida são boas, têm é de ser bem tratadas, para que o bom nelas seja desenvolvido. É essa a nossa ideologia.*

*Nós quando intervimos, intervimos com base na **pedagogia de Micaela, não tanto pela bíblia, mas por esta leitura do amor e da libertação**.*

Uma vez que assumem a pedagogia *Micaelina*, considerámos pertinente saber se existe alguma influência religiosa na ótica de intervenção desenvolvida na equipa. A Educadora explica que não existe influência religiosa no trabalho, nas atividades que promovem para a comunidade, nem nas pessoas que colaboram com a equipa:

É uma visão religiosa de cuidado, libertação, amor incondicional.

*Mas nós, num atendimento ou na nossa intervenção, nunca falamos de religião. O que é que há: há a festa da vida, que é o dia da Santa e há a festa de Natal, porque o Natal é um feriado religioso. E nós costumamos fazer uma missa, quem quiser vai, quem não quiser vai só à parte do lanche. **Nada é incutido.** Muitas das pessoas que trabalham connosco, voluntários, que são ateus, agnósticos. **Todos são bem-vindos.***

6.4. Modelo de Intervenção adotado na Equipa: Lugar dos/as Filhos/as

Na área da resposta social relativamente aos filhos e às filhas das mulheres em contexto de prostituição, podemos pôr em causa duas situações: a legitimidade de ser mãe e poder ficar com o/a filho/a. Em situações extremas (i.e.: suspeita de tráfico, violência doméstica, negligência de crianças, entre outras), a equipa procura reunir com o máximo de serviços envolvidos no mesmo processo, para em rede poder otimizar os recursos e a eficácia da intervenção

*Não fazemos acompanhamento às crianças, **mas encaminhamos ou para o CAFAP** que é para estarem as mães com os filhos, **ou articulamos com as escolas** para os psicólogos poderem acompanhar, ou então nos centros de saúde ou nas áreas de residência*

*As crianças que nós temos acompanhado, até agora, não tem sinais de delinquência, porque houve, lá está, um trabalho **a nível de prevenção.***

A educadora explica que antes do projeto iniciar, há cerca de 10 anos, não havia qualquer tipo de intervenção seja ela de prevenção ou em situações efetivas de risco: a única estratégia era a retirada dos/as filhos/as:

*O que nós vemos em casos anteriores, ou seja, o projeto tem 10 anos, os casos antes **não tinham intervenção nenhuma específica.** Havia retirada [dos filhos/as], nada mais que isso. Muitos dos filhos mais velhos de mulheres que se prostituem, que são mais velhos, nós observamos que realmente tiveram percursos de delinquência e ainda hoje têm.*

Nas situações em que as/os utentes têm filhos e estes vivem no mesmo agregado é realizado um diagnóstico familiar e são estabelecidos objetivos concretos e personalizados. Dados da instituição demonstram um decréscimo de famílias com filhos sinalizados pela CPCJ ou Tribunal de Família e Menores. Ainda, tal como nos anos

anteriores mantém-se uma maioria da população-alvo imigrante (70%) e tem os filhos no país de origem, à guarda de outros familiares.

A equipa procura fomentar o acompanhamento mãe ou pai/filho, nomeadamente, no processo de integração escolar; desenvolver uma intervenção ao nível familiar de forma a conseguir um equilíbrio que favoreça um bom relacionamento e aceitação parental (trabalhados a partir do atendimento/ aconselhamento social, do trabalho em rede com as outras entidades competentes em matéria de infância e juventude e também com o encaminhamento para a Terapia Familiar). Desta forma e como abordámos anteriormente, a intervenção levada a cabo por esta equipa evita o acolhimento institucional como primeira e única intervenção, desenvolvendo em trabalho de rede uma intervenção precoce focada na capacitação da família e da criança.

**Capítulo VII-Considerações
Finais**

| ' ' | | ' ' |

Nesta dissertação procurou-se dar um contributo teórico e académico ao estudo das problemáticas associadas ao fenómeno da prostituição feminina em Portugal, através de um estudo qualitativo, onde se analisaram narrativas de cinco mulheres-mães que nos falam sobre os seus percursos e vivências na prostituição. Este trabalho foi crucialmente realizado graças às histórias recolhidas e que se revelam essenciais para a multiplicidade requerida num estudo desta natureza.

O enquadramento teórico permitiu explorar a dimensão conceptual da maternidade e da família, dimensões estas que se (des)envolvem ao longo da história, das características sociais de cada época e com diferentes significado (s) construídos à base do contexto e experiência de cada pessoa. A abordagem destes conceitos tornou-se essencial na interpretação, por parte da investigadora, dos discursos destas mulheres. Porém, assumimos, a robustez deste variados conceitos que foram explorados de uma forma, talvez demasiado, breve e sintética ao longo deste documento, resultando num desafio sentido na construção do mesmo.

Pais (2005, citado Amado & Ferreira, 2014, p.178) esclarece que: “interpretar um relato de vida não é dar-lhe um sentido de linearidade mais ou menos fundamentado, mas apreciar a pluralidade de que a vida é feita.” As narrativas constituíram-se, dessa forma, como um objeto de estudo que nos permite aceder aos percursos das participantes enquanto mulheres e enquanto mães. Acreditamos que este é um trabalho que potenciou a voz e destaque a maternidades e a mulheres muitas vezes invisibilizadas e socialmente excluídas.

Segundo Brandão (2007), uma das primeiras questões que devemos fazer é se a história narrada permite ou não, conhecer acerca do fenómeno e/ou grupo que está a ser estudado. Se estes testemunhos nos permitem saber mais acerca da prostituição? Talvez, mas nunca constou como objetivo deste estudo chegar a generalizações ou opiniões representativas e mensuráveis sobre este grupo social. Assumimos que o que aqui se apresenta é a leitura por parte da investigadora das narrativas e representações que as narradoras fazem das suas próprias vivências.

De forma a responder às questões orientadoras desta tese, analisámos as narrativas das mulheres participantes. Esta análise permitiu-nos constatar que as razões de entrada e/ou permanência destas cinco mulheres na prostituição, baseiam-se em três principais aspetos: relações divergentes e maus-tratos; motivos financeiros e tráfico de seres humanos para exploração sexual. Os percursos destas mulheres, na sua maioria, são

caracterizados por violência(s), seja durante a infância, seja nas primeiras relações de intimidade, como constatamos nos discursos sobre as suas dinâmicas relacionais de proximidade. Deste grupo, quatro mulheres exprimem, também, algumas dificuldades no que toca à construção da sua imagem pessoal, influenciada por estes trajetos instáveis.

O conceito de *família moderna*, que exploramos anteriormente, reporta para um sistema que centraliza a criança, deixando de ser avaliada pelo número de filhos/as, mas pela forma como a criança é considerada e cuidada. Conceito diretamente ligado com a maternidade, categorizada nesta investigação por diferentes dimensões - *mãe-próxima*, *superproteção*, *amor instável*, *mãe-amiga*, *adoção* -, é indiscutível que a prioridade destas mães são os/as seus/suas filhos/as, sendo referenciado ao longo das conversas a proteção, o amor e desejo de proximidade.

Estas mulheres consideram seus filhos e suas filhas o epicentro da sua vida, identificando invariavelmente o seu bem-estar como prioridade. Este fator, ligado a questões financeiras, é tido como um dos motivos de entrada e/ou permanência na prostituição. Denotando aqui as influências do sistema capitalista e patriarcal - analisadas nesta investigação - que atingem, inevitavelmente, de forma direta ou indireta a vida das mulheres, principalmente aquelas que vivem em contextos vulneráveis. Fraire (citado por Torres, 2019): “o que teremos de fazer é mostrar como estas antiquíssimas formas de opressão encontram nova expressão e terreno nos dias de hoje através também da ação do capitalismo financeiro.” (p.10).

As condições atinentes à vida destas mulheres, caracterizadas por traumas e fragilidades, seja no âmbito político-social: estatuto imigrantes, vítimas de tráfico de seres humanos para exploração sexual, vítimas de violência(s); quer por motivos emocionais e psicológicos: destruturação familiar, retirada de filhos/as; descontextualização cultural, etc., denota o grau de coragem, resistência e perseverança, não deixando dúvidas para a capacidade de amar e de serem boas mães: “por serem boas mães é que muitas destas mulheres são prostitutas” (Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro, & Sacramento, 2007, p. 355).

Acreditamos que as narrativas destas mulheres desafiaram as concepções e construções ideológicas do que é ser uma “mulher-esposa-mãe” “mulher exemplar” ou “boa-mãe”, anteriormente exploradas. Tendo isto em conta, deixamos algumas questões como sugestão de próximos estudos relacionados com a problemática da prostituição: o

que é ser uma *boa mãe*?; O que constitui uma família e faz dela um sistema efetivo de proteção dos filhos/as?; O que faz de uma família, uma *família*?

Ao analisar a entrevista à Educadora Social da instituição, constata-se que o foco da intervenção da equipa participante nesta investigação é o acompanhamento socio-laboral da mulher e a sua capacitação e autonomia, não direcionando a intervenção aos filhos/as. Contudo, uma vez que trabalham em rede, os/as filhos/as e restantes familiares são acompanhados/as pelas devidas instituições/serviços, como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), a Equipa Multidisciplinar de Apoio Técnico aos Tribunais (EMAT), Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) e Terapia Familiar, articulando sempre com as infraestruturas onde a criança se insere: organizações educativas e unidade de saúde da região. Reconhecendo o trabalho realizado por esta equipa e os seus resultados positivos para a comunidade procura-se, também, com este estudo apontar a uma outra lente de intervenção e, ainda, promover uma reflexão interna na instituição: se os/as filhos/as destas mulheres são a sua prioridade, porque não criar um lugar para as matérias de infância e juventude no processo interventivo da própria equipa?

Reconhecemos as vantagens de trabalhar em rede, de forma a otimizar recursos, pelo reforço e pelo apoio sustentável que possibilitam aos agregados familiares, aumentando neles a sua capacidade de articulação e organização. O trabalho em rede permite também uma avaliação mais eficiente e rápida das aptidões parentais/maternais e da definição de projeto de vida dos/as crianças.

O facto de intervir precocemente, principalmente com as crianças destes agregados, reflete-se na diminuição de situações disruptivas que muitas vezes se caracterizam na propagação de comportamento de risco, negligência, violência, promovendo assim uma educação positiva baseada nos direitos consagrados na Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989).

Tomando como exemplo o trabalho desenvolvido por esta equipa, consideramos que as/os profissionais da área social devem ter um papel colaborativo e de facilitação - tendo em conta que se pretende que o grupo-alvo se torne autónomo na identificação das suas necessidades e vontades, promovendo a sua capacitação, *empowerment*. Importa, para que esta capacitação subsista, a existência de respostas alternativas de saída, infraestruturas públicas e sociais que facilitem a (re) integração socio laboral da pessoa,

caso não exista autonomia individual suficiente para percorrer este caminho. Sublinhamos a importância de uma intervenção sistémica, alargando o trabalho social à comunidade que rodeia a pessoa: família, organizações, coletividades.

A história de vida e escolhas das mulheres entrevistadas não podem ser *generalizadas*, mas também não as interpretamos como um percurso isolado. Como nos sustenta Pais (2001, citado por Amado & Ferreira, 2014) “não existem experiências isoladas; qualquer experiência ocorre em determinado contexto.” (p.173).

O percurso é longo e inconstante e mesmo que nesta investigação, se tenham recolhido testemunhos aliciantes a multiplicar e explorar noutras investigações (i.e., explorando as infâncias destas mulheres e relacionando-as com as suas experiências enquanto mães; relações íntimas; construção da identidade/caráter num contexto como a prostituição, etc.), partilhamos do parecer de Pais “cada passagem de vida deve ser vista em interconetividade com experiências passadas e expectativas futuras, com acontecimentos de um aqui e de um ali, (...) [com] diferentes âmbitos da realidade finita” (*ibidem*, p.174).

Assim, o desejo de continuar a investigar sobre as mulheres em contexto de prostituição mantém-se incansável, em termos pessoais, como consideramos necessário e pertinente a nível de estudos académicos, sociais e empíricos. Entende-se como necessário dar mais espaço a todas as pessoas que estão em contexto de prostituição e proporcionar-lhe mais espaço social e político de forma a partilharem o seu lugar de fala enquanto mulheres, mães, pessoas experientes, com agência e voz. Sugere-se, ainda, uma articulação entre o governo e as organizações não governamentais, instituições e comunidades que intervêm diretamente com esta população, incluindo os/as filhos/as, e que sabem, à priori, as suas verdadeiras necessidades e desejos.

Assim e em jeito de conclusão, fazemos nossas as palavras de Brandão (2020) “entre as muitas histórias que pululam o mundo, a história da nossa vida é fundamental porque é o sustentáculo da nossa identidade” (p.39). Neste trabalho foram reveladas histórias de cinco mulheres não da “vida”, mas com vida, com o intuito de interrogar, conhecer e humanizar estas mulheres e maternidades tão poucas vezes narradas. Num estado democrático os percursos de vida das pessoas, enquanto seres sociais, são histórias reais e de valor inigualável.

Referências

| ' ' | | ' |

- ACEGIS (2018). *Tráfico humano para exploração sexual: 95% das vítimas são mulheres e meninas*. <https://tinyurl.com/y893ffjs>
- Almeida, A. N. de, André, I. M., & Lalanda, P. (2002). Novos padrões e outros cenários para fecundidade em Portugal. *Análise Social*, XXXVII(163), 371-409.
- Amado, J. (Coord.) (2014). Estudos (auto) biográficos – Histórias de vida. In *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (pp.169-184). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Álvarez, A M. (2012). La prostitución de mujeres, una escuela de desigualdad humana. *Revista Europea de Derechos Fundamentales*, 19, 49-74.
- Antunes, M. (2011). Histórias de vida ou método (auto)biográfico: uma experiência na formação de educadores de adultos. *Roteiro*, 36(1), 33-54.
- APTSES (2016). *Código Deontológico do Técnico Superior de Educação Social*. Consultado a 06 de outubro de 2020, em: <https://tinyurl.com/y3jpc8ra>
- Associação Planeamento Família (s.d) *Aborto e Interrupção da Gravidez*. APF. <https://tinyurl.com/qovwwdg>
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Benfica, S. (2017,4 de abril). *Tráfico e Prostituição: Duas faces da mesma moeda*. [Comunicação Oral]. Conferência Internacional “Políticas e Práticas de Gestão da Prostituição e do Tráfico para Exploração Sexual”- ISCTE, Lisboa, Portugal.
- Borges, F. C. C. (2007). *Na contramão da história: o Bildungstoman feminino em Lygia Fagundes Telles, Helena Parente Cunha e Lya Luft*. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Letras da Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3268>
- Borges, M. P. A. (2007). *Professores: imagens e auto-imagens*. [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/1700>
- Brandão, A. M. (2007). Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. *Configurações*, 3, 83-106. <http://hdl.handle.net/1822/9630>

- Brandão, A. M. (2020). “Acho que já não vou embora como entrei...”; Implicações epistemológicas, metodológicas e deontológicas da entrevista de história de vida. *Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, 22, 30-43.
- Calheiros, M. & Monteiro, M. B. (2001). Contextos Socioecológicos do mau trato e da negligência a crianças. *Psicologia*, 15(1), 115–145. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v15i1.493>
- Carvalho, M. J. (Ed.) (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) (2017, 4 de outubro). *Políticas e práticas de gestão da prostituição e do tráfico para exploração sexual*. Conferência Internacional, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal.
- Correia, I. (2014). *Ser mãe: o caso das mães que têm como ocupação de subsistência a prostituição*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.] Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/25695>
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) (2010). *Igualdade de Género em Portugal 2010*. Consultado a 27 de novembro de 2019, disponível em: <https://tinyurl.com/yx3apykq>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2021). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2020*. Disponível em: <https://tinyurl.com/dyepmhbw>
- Cunha, V. S. G. (2006). *Famílias, fecundidades e funções dos filhos: o impacto do tempo e dos contextos sociais*. [Tese de doutoramento, ISCTE, Lisboa.] Repositório do ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/622>
- Cunha, J. (2018). Teologia moral e questões de género. *Humanística E Teologia*, 39(2), 113-126. <https://doi.org/10.34632/humanisticaeteologia.2018.9457>
- DeMause, L. (1988). On writing childhood history. *The journal of psychohistory*, 16, 135- 171.
- Delas (2017). Prostituição: Suécia e Holanda, duas referências distintas para a mesma realidade. *Jornal de Notícias*. <https://tinyurl.com/y6kmwb94>
- Denzin, N.K., & Lincoln, Y. S. (1994,2000). *A disciplina e a prática quantitativa*. Sage.

- Duarte, M. (2015). Os homicídios nas relações conjugais: perspectivas sociojurídicas". *Barómetro Social* <http://barometro.com.pt/archives/1426>
- Fernandes, V. L. (2015-16). *Tráfico de Seres Humanos Uma Perspetiva Geral Sobre a Exploração Sexual de Mulheres*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/41195>
- Ferreira, B., & Azevedo, S. (2011). *Pertinência Profissional e Código Deontológico do Técnico Superior de Educação Social*. <https://tinyurl.com/3cxp4x9z>
- Fidalgo, H. (1 de maio, 2003). “Mães de Bragança” acusam brasileiras de provocar onda de loucura na cidade. *Público*. <https://tinyurl.com/a89dyrpj>
- Flor, A. (2018, agosto). Prostituição é trabalho? “Não sei se vamos conseguir consensos, talvez tolerâncias”. *Público*. Consultado a 13 de janeiro de 2019 em: <https://tinyurl.com/y72bfw7>
- Fonseca, C. (2016). Feminismos e estudos feministas: com as trabalhadoras sexuais na mira. *Cadernos Pagu*, (47), 85-101.
- Graça, M. & Gonçalves, M. (2015a). Conhecimento, prática e ética: Os desafios da investigação- ação em contexto de prostituição feminina de rua. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 108, 135-156. <https://doi.org/10.4000/rccs.6143>
- Graça, M., & Gonçalves, M. (2015b) Os desafios da investigação-ação em contexto de prostituição feminina de rua. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 135-156. <https://tinyurl.com/y3vdlpl6>
- Graça, M. (2019). Trabalhadores/as do Sexo e Ação Coletiva - Iniciativas no contexto português. *Sociologia, problemas e práticas*, 89, 115-132.
- Grilo, M. H. P. C. (2004). Criança Vítima de Maus Tratos- Que Proteção? Um longo caminho até ao reconhecimento do direito aos direitos. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada]. Repositório do ISPA. <http://hdl.handle.net/10400.12/1032>
- Henriques, J. P. (2017). PS também aprovou regulamentação da prostituição. *Diário de Notícias*. Consultado a 31 de janeiro de 2019, disponível em: <https://tinyurl.com/ydbouuun>

- Holmström, C., & Skilbrei M. (2017). The Swedish Sex Purchase Act: Where Does it Stand? *Scandinavian University Press*, 4 (2), 82-104.
- Lusa (2018). Câmara de Lisboa aprova estratégia municipal de intervenção na prostituição. *Diário de Notícias*. Consultado a 31 de janeiro de 2019, disponível em: <https://tinyurl.com/ybhk8htr>
- Lages, J. P., et al. (2019). *Manual Pedagógico. Um Género de Escola*. MA.
- Lobby Europeu das Mulheres & Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2016). *18 mitos sobre a prostituição*. Consultado a 20 de junho de 2021 em <https://tinyurl.com/7ud4xfu3>
- Machado, C. (1996). Maus tratos de menores, victimização e poder: proposta de modelo integrado de análise. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*. 1(1), 133-148.
- Medina, F. (2018). *Proposta N.º2018, Estratégia Municipal de Intervenção na Área da Prostituição*. CML.
- Moita, G. (2006). A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 53-72.
- Mota-Ribeiro, S. (2001, 17-19 de abril). *Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo*. [Comunicação Oral]. IV Congresso Português de Sociologia, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Moreira, C. F. (2018). PCP quer estratégia municipal para a prostituição. *Público*. <https://tinyurl.com/yapnsc5q>
- Moreira, D., & Cardoso R. (2017). Da educação à intervenção social: a construção do caminho na transformação da realidade. *Revista de Estudos e Investigación en Psicología y Educación*, 0(5), 102-106.
- Moreira, E.L., & Nardi. C. H. (2009), Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). *Estudos Feminista*, 17(2): 569-594. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200015>
- Movimento Alternativo Socialista (MAS) (2018). *25 de Abril, que conquistas para as mulheres*. Consultado a 14 de janeiro, disponível em: <https://tinyurl.com/uj6aas7>
- Movimento Democrático de Mulheres (MDM) (2014). Pelos Direitos e Dignidade das Mulheres. A Urgência de Lutar por abril. *Relatório 9º Congresso*. <https://tinyurl.com/rpyxogh>

- Nagel, T. (2017). MacKimon acerca da dominação sexual. *Crítica*.
<https://tinyurl.com/x5b5umhm>
- Novellino, M. (2004, 20-24 de setembro). *Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres*. [Comunicação Oral]. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú, Brasil.
- Oliveira, A. (2011). *Andar na Vida: prostituição de Rua e Reação Social*. Almedina.
- Oliveira, A. (2017a) Prostituição em Portugal: Uma atividade marginalizada num país que tolera mais do que persegue. *Bagoas*, 17, 201-224.
<https://tinyurl.com/yhfy5fth>
- Oliveira, A. (2017b). Uma oportunidade para um modelo português da prostituição. *Público*. <https://tinyurl.com/y7w7lae6>
- Pantoja, J. et al. (2019, 30 de outubro- 03 de novembro). *Os Reflexos do Período Colonial na Sociedade Contemporânea: A questão da sexualização e objetificação da mulher negra no Brasil*. 16.º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília, Brasil.
- Pais, J. M. (2016). *A Prostituição na Lisboa Boémia nos inícios do séc. XX*. (3.ªed.). Edições Machado.
- Pavía, R., et al. (2020). Intervención con colectivos desfavorecidos. In. C. Nieto Morales, N. Ramos & M. Vázquez – Fernandes (ccord.), *Descendiendo a la práctica de la intervención profesional* (pp. 208-227). Dykinson.
- Pheterson, G. (1989). *A vindication of the rights of whores*. Seal Press.
- Pinto, M., & Sarmiento, M. J. (Coords.) (1997). *As Crianças: contextos e identidades* (pp. 321-336). CEC/ Universidade do Minho.
- Piscitelli, A. (2016). Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. *Cadernos Pagu*, (47), 32-162.
- Poirier, J. et al. (1999). *Histórias de Vida – Teoria e Prática*. Celta Editora.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1995-2018). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Ramalho, N. (2012). O trabalho sexual: discursos e práticas dos assistentes sociais em debate. *Sexualidad, Salud y Sociedad REVISTA LATINOAMERICANA*, 12, 64-91. <https://tinyurl.com/rkvd6ot>
- Revez, A. F. P. (2008). *Infância Roubada. Ciclo Vítima-Agressor* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada]. Repositório

- Científico do Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
<http://hdl.handle.net/10400.12/4628>
- Ribeiro, M. (1995) As histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológica: Reflexões a partir de um processo de pesquisa de terreno. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 125-14.
- Ribeiro, F. B. (2004). Interrogando a prostituição: Uma crítica radical aos discursos hegemónicos. *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Exclusões*, pp. 12-18.
- Ribeiro, M. (2004). As prostitutas também são mães: Contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema. *V Congresso Português de Sociologia* (pp. 27-38). APS.
- Ribeiro, M., et al. (2007). *Vidas na Raia: Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira*. Afrontamento.
- Sanders, T. et al. (2009). *Prostitution: Sex work, policy and politics*. Sage.
- Santos, A. C. (2018). Luta LGBTQ em Portugal: Duas décadas de histórias, memórias e resistências. *TransVersos* (14), pp.38-50.
- Santos, A. L., & Santos, A. C. (2017). O nome que não ousa dizer da intimidade: um estudo exploratório sobre nomeação. *Antropologia Portuguesa*, 34, 9-29.
- Santos, B.S. (2011, 10 de março). As Mulheres não são Homens. *Visão*.
<https://tinyurl.com/znyc3awd>
- Santos, B. S., et al. (2009). Tráfico sexual de mulheres: Representações sobre ilegalidade e vitimação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87, pp. 69-94.
- Santos, R. S. & Spindola, T. (2003). Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). *Revista Escola Enfermagem da USP*, 37 (2): 119-126.
- Sarmiento, M. et al. (2007). Políticas Públicas e Participação Infantil. Educação, *Sociedade & Culturas*, 25, 183-206
- Sarmiento, T. (2002). *Histórias de Vida de Educadores de Infância*. Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional.

- Sarmiento, T. (2016). Infâncias e crianças em narrativas de educadoras de infância. In Passeggi, Furnaletto e Palma (Org.), *Pesquisa (auto)biográfica, infâncias, escola e diálogos intergeracionais* (pp.77-94). Editora CRV.
- Scavone, L. (2001). *A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais*. Araraquara.
- Schulze, E., et al. (2014). Sexual exploitation and prostitution and its impact on gender equality, Study. European Parliament's Committee on Women's Rights and Gender Equality. *Publication Office of the European Union*. European Parliament.
- Serapicos, A. M. (2003). Pensar e Intervir socialmente no séc. XXI: Licenciatura em Educação Social. *Saber & Educar*, 8, pp. 55-58. <http://hdl.handle.net/20.500.11796/1011>
- Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais*. Casos Práticos. Porto Editora.
- Silva, M. C., Ribeiro, F. B. (2010). *Mulheres da Vida. Mulheres com vida: prostituição, estado e políticas*. Edições Húmus.
- Siqueira, R., Cardoso, H. (2001) O conceito do estigma como processo social uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. *Imagonautasm* 2[1], 92-113.
- Sousa, F. (2018). Legado freireano, feminismos e prostituição: desvelando o político-pedagógico na pesquisa em educação. *Educação Unisinos*, 22(4), 324-333.
- Sousa, S. (2010). *As narrativas do corpo na voz da mulher-mãe*. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Tomás, C. (2007). Paradigmas, imagens e concepções da infância em sociedade mediatizadas. *Media & Jornalismo*, 11, 119-134.
- Tomás, C. (2012). Direitos da criança na sociedade portuguesa: qual o lugar da criança? *Da Investigação às Práticas*, II (1), 118 - 129.
- Torres, A. (2019, 24 de julho). *Estudos de Género, Feministas e sobre as Mulheres: Reflexividade, resistência e ação*. [Comunicação Oral]. II Congresso Internacional do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, Lisboa, Portugal.
- Torres, A., Costa, D., & Cunha, M. J (2018). *Estudos de Género: Diversidade de Olhares num Mundo Global*. ISCSP.

- TransR. (2019, 19-20 novembro). *Trans Sex Workers Rights are Human Rights*.
[Apresentação de póster] Conferência Trans Sex Workers Rights are
Human Rights, Porto, Portugal.
- Wall, K., Nunes, C., & e Matias, A. R. (2005). Immigrant Women in Portugal:
migration trajectories, main problems and policies. *Working Paper*. ICS-
UL. <https://tinyurl.com/42anx7k4>

Anexos

| | ' | | ' |

Anexo A-Guião Orientador das Entrevistas às mulheres-mães

Categoria	Subcategorias	Questões Orientadoras
Perfil Socioeconómico	Dados Sociodemográficos	a) Qual é a sua data de nascimento? -Escolaridade? b) Qual o seu estado civil/marital atual? -Nacionalidade? c) Quantos filhos tem, e com que idades?
Percursos e vivências na prostituição	““O antes e o durante”: Motivos de entrada e/ou permanência	a) Quando e quais as razões para entrada/permanência na prostituição.
	Discursos sobre dinâmicas de proximidade: Família, relações íntimas/ amorosas	a) Como caracteriza a dinâmica familiar? b) Relação com familiares mais próximos (pais, irmãos, etc.) c) Relação com parceiro/a; - liberdade para falar da relação atual/passada
	Discursos sobre maternidade	a) Que relação tem com filho/a(s)? b) Sabem que a mãe se prostitui? c) Caso de adoção, como sentiu essa situação?
	Representação pessoal- “A construção do EU”	a) Como se sente consigo mesma? A prostituição influenciou a ideia que tem sobre si mesma?

Anexo B-Análise do Conteúdo das Entrevistas às mulheres-mães

Categoria (C)	Subcategorias (SC)		Categorias Emergentes	Unidades de registo
Percurso e vivências no contexto de prostituição (C)	Percepções relativamente à prostituição (SCB1)		Estigma e luta individual	“Quando eu estou naquela casa (de prostituição), eu sinto-me uma pessoa minúscula e quando eu saio dali, sinto-me uma pessoa grande, uma pessoa que tem que trabalhar, cheia de força, que tem que fazer a minha vida, lutar pela minha vida e pela do meu filho. (...)”
				“Se eu soubesse que vinha para cá e ia fazer isso, eu não gosto, eu não gosto disso. ” (Paula)
				“ <i>Epá</i> , eu vou ser sincera, cheguei ao ponto de ter nojo de mim própria , essa vida não foi a melhor e eu sei que o problema que eu tive e que me fez levar a esse sistema, a essa vida, <i>mmm</i> .” (Maria)
				“depois ao início quiseram dar formação para massagem, só que depois era mais do que isso, eu não fazia porque não me sentia à vontade. ” (“Júlia”)
			Atividade legalizada	“prostituição não devia ser um crime, devia ser legalizado , porque é um trabalho como outro qualquer.”(Marta)
	Discursos sobre dinâmicas relacionais (SCC1)	Família (SCC1.1)	Inexistente ou conflitual	“ eu nunca fui criada pela minha mãe , pronto, <i>mmm</i> , fui criada numa instituição dos 5 aos 12 anos , entretanto fui para casa de uma avó minha que arranhou uma casa em [local], para eu ir para lá e essas coisas todas, só que eu não me adaptei à escola. Não me adaptei ao ambiente e voltei a ir para uma instituição. ” (Maria)
				“Olhe, os meus pais, é assim, eu não conheço o meu pai , os meus pais foram separados já alguns anos, a minha mãe nunca teve uma relação com a minha mãe de mãe e filha, a minha mãe não me criou, fui criada com uma avó até aos oito anos.”
				“ (...) ela [mãe] nunca me tinha dado um beijo. Pronto, mãe e filha está a ser agora aos quarenta anos.” (Francisca)
				“(…) era muito instável. Ela [mãe] saiu de casa e deixou-me sozinha com o meu irmão e a bebé. Chocávamos muito, muitos conflitos, ela saiu de casa sem sequer querer saber se eu e o meu irmão tínhamos condições para aguentar sozinhos. Pronto, uma relação complicada. Damo-nos bem, mas chocamos muito.” (Júlia)
				“(…) eu e a minha irmã ‘né, a minha irmã tem uma casa de meninas ali em [local], e eu sem trabalho, sem trabalho fixo. (...) foi a minha irmã que me jogou nisso [prostituição] ” (Paula)
			Boa relação	“Sim, ainda agora estava a falar com o meu pai ao telefone. Estou a 150 km dele, mas falamos regularmente sim. Com os meus irmãos, primas, tias. Toda a gente sabe o que eu faço e ninguém me critica.” (Marta)

			<p>“Os dois filhos já estão casados, que é uma filha com 21 anos, que tem duas filhas. E meu outro filho, também já tá casado e tem uma filha. A minha relação com eles é ótima, é muito boa. Os meus netinhos também, todos os dias falo com eles.”</p> <p>“A minha mãe é maravilhosa. É uma rainha, é tudo” (“Paula”)</p>
	Relações amorosas (SCC1.2)	Abusivas (Passado)	<p>“Não, não. Eu tive uma pessoa dez anos na minha vida, que eu pensava que gostava de mim, me chulou, pegou meu dinheiro, me botava para me prostituir de novo, e eu achava que aquilo era normal.” (“Paula”)</p> <p>“Entretanto, nós fomos a tribunal porque eu, entretanto fui parar ao hospital. Lá fizeram uma queixa de violência doméstica e eu tive que ir a tribunal, pronto.” (“Júlia”)</p> <p>“Eu tive uma relação muito, muito desgastante, que pus em tribunal, pus tudo, abusos mentais, físicos e pronto.” (“Francisca”)</p>
		Respeitosas (Atuais)	<p>“É completamente o oposto, (da antiga relação abusiva) damo-nos muito bem, não há conflitos, discussões, entendemo-nos bem. Há muita mais estabilidade a nível de tudo”. (Júlia”)</p> <p>“Mas sim é uma relação diferente, porque eu tive uma relação muito, muito desgastante, que pus em tribunal, pus tudo, abusos mentais, físicos e pronto. Mas hoje posso dizer que sim que estou bem.” (“Francisca”)</p>
Discursos sobre maternidade (relação mãe-filho/a (s) (SCD1)	Mãe- próxima	<p>“Os dois filhos já estão casados, [estão no Brasil] que é uma filha com 21 anos, que tem duas filhas. E meu outro filho, também já ‘tá casado e tem uma filha. A minha relação com eles é ótima, é muito boa. Os meus netinhos também, todos os dias falo com eles.” (Paula)</p>	
	Superproteção	<p>“É assim, eu estraguei o meu filho, muito mãe galinha, quis-lhe dar tudo aquilo que eu não tive, proteger de tudo aquilo de que não fui protegida, acho que já está a perceber o contexto.”</p> <p>“Sim, sentia necessidade de o proteger uma vez que eu não fui protegida, tanto que o estraguei.”</p> <p>“Eu não protegia o “Pedro” como uma mãe, eu protegia o “Pedro” como uma leoa, ninguém lhe podia dar um grito mais alto, ninguém lhe podia fazer nada, que eu virava leoa. Eu acho que ainda hoje é assim, mas pronto.” (Francisca)</p>	
	Amor instável	<p>“ela sempre foi muito mimada, pronto, muito ligada a mim e ainda é. Agora, ultimamente, é a fase dos 6 anos, resmungona, responde-me, revolta-se contra mim, dou-lhe um castigo ela não aceita, então eu costume dizer-lhe que estamos as duas de relações cortadas um bocadinho. Mas pronto, mas eu acho que é normal.” (Júlia)</p>	
	Mãe- amiga	<p>“Olha, a nossa relação é muito boa. Mesmo. Acho que há poucas pessoas a ter uma relação tão boa com os filhos. Ele é muito meu amigo, eu sou muito amiga dele e falamos de muitas coisas.” (Marta)</p>	

		Adoção	acabei por dá-lo à adoção , <i>mmm</i> . Era muito pegada tanto ele a mim como eu a ele, foi muito complicado . Tinha 4 anos.” (Maria)
		Distante/conflituosa	“(…) eu trouxe um filho para cá, o meu filho eu trouxe ele com 17 anos. Foi muito duro para mim, porque ele depois descobriu aquilo que eu fazia, e ele ficou muito triste, até hoje ele tem vergonha, não gosta de andar comigo (…) ”

Percursos e vivências em contexto de prostituição (C)	Narrativas identitárias: influência na autoimagem (SCE1)	Imagem espelho “Eu” - filho	“Como eu, eu gostava do meu filho, mas como é que eu gostava do meu filho se eu não gostava de mim? Não, é mentira.” (Francisca)
		Revolta	“ Um nojo , eu cheguei a dar entrada no hospital com nojo de mim mesma, com ataque de pânico, de nojo de mim. (...) Uma pessoa vai-se sentido pequena, uma pessoa vai-se sentindo.” (Paula)
			“Acabei por ganhar um pouco de nojo de mim. Tanto que, não faço essa vida já há anos e ainda hoje sinto as vezes que tenho raiva de mim, nojo, há certas conversas, certos motivos, pronto, tanto que eu não conseguia, estive muito tempo sozinha e eu não conseguia que um homem me tocasse ” (Maria)
		Progresso	“ Eu acho que estou muito melhor , houve uma altura que era muito complicado, pronto, depois também tive a ajuda da psicóloga (...)” (Júlia)
			Estou a melhorar, sim, trabalho , pronto não é descontado porque eu para já agora não quero isso, mas sim, estou em casa de uma senhora a trabalhar, vou aos fins de semana a casa, juntei-me com um moço que não me trata mal , nem a mim nem ao meu filho.” (Francisca)
Defesa e indiferença	“E é assim, da minha vida sei eu e ninguém tem a ver com a minha vida. Há dias melhores, há dias piores. ” (Marta)		

Anexo C- Guião Orientador Entrevista à Educadora Social

Categoria	Subcategoria	Questões Orientadoras
Educação/ Psicologia Comunitária	Estudos/ investigação	a) Como é caracterizada a população acompanhada? b) Que tipo de patologias/ traumas mentais podem estar associadas à pessoa que se prostitui?
Modelo de Intervenção adotado na Equipa	Intervenção Acompanhamento ^e	a) Qual o modelo assumido na instituição? b) Qual a intervenção direcionada para as crianças? c) Nos processos de acompanhamento das mulheres mais antigos, notaram que alguma criança que agora já seja adulta, tenha desenvolvido ou entrado em caminhos de violência, criminalidade
Pedagogia e Religião	Valores e Influências Religiosa	a) Que pedagogia seguem? b) Há influência da religião na intervenção da equipa?

Anexo D- Análise do Conteúdo da Entrevista à Educadora Social

Categorias (C)	Subcategorias (SC)		Palavras e frases chave
Educação/ Psicologia Comunitária (CA)	Estudos/ investigação (SCA)	<p>Diagnóstico: Traumas e situações de violência</p> <p>(SCA1)</p>	<p>“ Fizemos um estudo, com uma amostra de 60 pessoas e aplicámos um questionário, que é o ACE- <i>Adverse Childhood Experiences</i> (eventos adversos na infância), e 100 % da amostra teve eventos que só um, daria já motivo para ter um trauma de infância, um trauma psicológico.”</p> <p>“ Quase todas foram vítimas ou na infância ou nas primeiras relações.”</p> <p>“ As mulheres que se prostituem, (...) os ex-companheiros ou estão presos ou já estiveram, e os filhos igual. E aí, tanto é lenocínio, tráfico, roubo.”</p>
		<p>Aprendizagem dos comportamentos violentos na relação com os/as filhos/as</p> <p>(SCA2)</p>	<p>“ O que acontece é, quando tu és vítima ou de negligência, que é uma forma de violência, ou mesmo violência física e sexual, etc. há várias possibilidades, mas tendencialmente, tu podes identificar-te com o agressor, ou com o oposto «eu nunca vou fazer isto aos outros».</p> <p>Nós temos mulheres que se identificam com o agressor e acabam por ser agressoras das próprias filhas e põem-nas na prostituição, ou dos próprios filhos também, são violentas ou negligentes e acabam por lhes retirar os filhos.”</p> <p>“ E há outro conjunto de pessoas, que faz exatamente o contrário, que é: eu não quero fazer aquilo que me fizeram a mim e acabam por fazer exatamente o oposto. Estas que nós entrevistamos são mulheres que têm os filhos com elas, portanto que se identificam neste segundo grupo.”</p>

			<p>“Sim, a <i>Maria</i> estava em contexto de prostituição, a ser explorada, numa relação de violência doméstica, ela quis proteger a filha. Por isso é que eu disse que ela entregou a filha e não foi retirada, isso é importante.”</p> <p>“Ela teve consciência que a criança não tinha condições para estar a viver no relacionamento violento que ela tinha, onde ainda por cima era obrigada a prostituir-se e por isso, foi para a salvar.”</p>
Modelo de Intervenção adotado na Equipa (CB)	Intervenção e Acompanhamento (SCB)	Familiar (SCB1)	<p>“Portanto, as mães são aqui acompanhadas individualmente, a família é acompanhada ou pelo CAFAP ou pela terapia familiar”</p> <p>“Portanto articulamos sempre no sentido de salvar, porque já sabemos que há esta tendência.”</p> <p>“A intervenção aí é sistémica, através da comunidade. Não trata uma pessoa sozinha, para tratar de intervenção social de uma pessoa, tens de tratar todos os contextos onde ela está. Seja a família, seja o trabalho, seja a vizinhança, está tudo relacionada. Nós trabalhamos sempre em rede.”</p>
		Infantojuvenil (SCB2)	<p>“Não fazemos acompanhamento às crianças, mas encaminhamos ou para o CAFAP que é para estarem as mães com os filhos, ou articulamos com as escolas para os psicólogos poderem acompanhar, ou então nos centros de saúde ou nas áreas de residência”</p> <p>“As crianças que nós temos acompanhado, até agora, não tem sinais de delinquência, porque houve, lá está, um trabalho a nível de prevenção.”</p> <p>“O que nós vemos em casos anteriores, ou seja, o projeto tem 10 anos, os casos antes não tinham intervenção nenhuma específica. Havia retirada [dos filhos/as], nada mais que</p>

			<p>isso. Muitos dos filhos mais velhos de mulheres que se prostituem, que são mais velhos, nós observamos que realmente tiveram percursos de delinquência e ainda hoje têm.”</p> <p>“Este ano nós trabalhámos com 20 famílias, que é muito pouco. Se pensares num universo de 170 pessoas que fizeram o plano de acompanhamento familiar connosco e dessas 170 pessoas, só 20 famílias. E depois tens de pensar que 70% são emigrantes, só 30% de nacionalidade portuguesa.”</p>
	<p>Valores (SCC1)</p>		<p>“Pedagogia Micaeliana: A Santa Maria Micaela, foi a fundadora da Congregação e antes de fundar a congregação, fundou uma casa de apoio para saírem do contexto de prostituição, isto em Espanha no século XIX”</p> <p>“Ela é mais ou menos contemporânea da Montessori e de outros pedagogos, com base numa educação positiva, centrada em si, com liberdade e amor que vem em oposição aquela pedagogia normal do século XIX, que era punitiva, restritiva.”</p> <p>“A teoria do Carl Rogers, de “tornar-se pessoa”, a base humanista, as pessoas à partida são boas, têm é de ser bem tratadas, para que o bom nelas seja desenvolvido. É essa a nossa ideologia.”</p>
		<p>Influência Religiosa</p>	<p>“A religião católica já é mal-entendida deste o tempo da inquisição, da “caça às bruxas”, onde muitos homens, fizeram com que ela se desviasse da sua essência. Mas nós, num atendimento ou na nossa intervenção, nunca falamos de religião.”</p> <p>“É essa a nossa ideologia. Nós quando intervimos, intervimos com base na pedagogia de Micaela, não tanto pela bíblia, mas por esta leitura do amor e da libertação.”</p>

Pedagogia (CC)	(SCC2)	<p>“é uma visão religiosa de cuidado, libertação, amor incondicional.”</p> <p>“Mas nós, num atendimento ou na nossa intervenção, nunca falamos de religião. O que é que há: há a festa da vida, que é o dia da Santa e há a festa de Natal, porque o Natal é um feriado religioso. E nós costumamos fazer uma missa, quem quiser vai, quem não quiser vai só à parte do lanche. Nada é incutido. Muitas das pessoas que trabalham connosco, voluntários, que são ateus, agnósticos. Todos são bem-vindos.”</p>
-----------------------	--------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Anexo E- Modelo de Termo de Consentimento Informado

Termo de Consentimento

Concordo em participar na investigação realizada por Helena Freitas, no âmbito do Mestrado de Educação Social e Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, sobre “Prostituição, Dinâmicas Familiares e Intervenção Social”. Fui informada sobre os procedimentos do estudo, os quais requerem a minha participação para responder a uma entrevista de acordo com a minha disponibilidade, não envolvendo qualquer risco à minha identidade ou prejuízo das minhas atividades, ficando assegurado o direito de recusa em participar no mesmo. Fui igualmente informada sobre o sigilo e confidencialidade das informações que prestarei e concordo com o uso do gravador durante a entrevista. Após ter esclarecido todas as minhas dúvidas, estou de acordo em participar voluntariamente na investigação, e assino o termo de consentimento.

A participante, _____

A aluna, _____

_____ de _____ de 2020